

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2015

com relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Barueri - SP

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis Regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis Regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis Regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de Demonstrações Contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de fevereiro de 2016.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

São Paulo, 26 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO
CNPJ nº 61.695.227/0001-93

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	Não auditado	
		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	146.621	181.260
Investimentos de curto prazo	4	384.557	727.891
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.530.174	1.723.776
Contas a receber - Acordos	5	89.752	99.911
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	25.973	19.378
Outros tributos compensáveis	6	93.450	110.520
Almoxarifado operacional		63.957	63.137
Ativos financeiros setoriais	32	2.195.057	1.045.203
Despesas pagas antecipadamente		36.609	28.584
Outros ativos circulantes	8	331.543	231.831
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5.897.693	4.231.491
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	26.451	-
Contas a receber - acordos	5	9.215	19.900
Outros tributos compensáveis	6	33.916	40.780
Depósitos judiciais e cauções	16	443.126	445.283
Tributos diferidos	7	703.330	1.096.855
Ativos financeiros setoriais	32	992.748	678.385
Investimentos - Bens e direitos para uso futuro		9.561	8.769
Outros ativos não circulantes	8	65.691	81.575
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9	3.349	-
Imobilizado	9	8.223.165	6.719.923
Intangível	9	222.238	162.800
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.732.790	9.254.270
TOTAL DO ATIVO		16.630.483	13.485.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A
 CNPJ nº 61.695.227/0001-93

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Notas	Não auditado	
		31.12.2015	31.12.2014
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	11	1.926.785	1.561.434
Empréstimos e financiamentos	13	38.286	68.387
Debêntures	13	678.273	520.010
Arrendamento financeiro	13	11.351	2.958
Subvenções governamentais		2.427	2.478
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	2.531	19.118
Outros tributos a pagar	12	528.319	551.549
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		42.730	3.858
Obrigações sociais e trabalhistas	15	103.623	90.190
Provisão para processos judiciais e outros	16	166.929	168.108
Encargos setoriais - Tarifários e do consumidor a recolher	17	690.504	60.252
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	17	57.640	40.279
Passivos financeiros setoriais	32	1.303.585	904.263
Outros passivos circulantes	18	271.469	230.880
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		5.824.452	4.223.764
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	13	474.952	457.364
Debêntures	13	2.367.850	2.014.161
Arrendamento financeiro	13	31.830	9.012
Subvenções governamentais		8.108	10.535
Obrigações com entidade de previdência privada	14	2.604.967	2.818.793
Obrigações sociais e trabalhistas	15	969	720
Provisão para processos judiciais e outros	16	319.440	299.507
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	17	32.295	15.731
Passivos financeiros setoriais	32	543.320	548.819
Reserva de reversão		66.085	66.085
Outros passivos não circulantes	18	8.319	11.042
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	10	1.791.899	1.432.274
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.250.034	7.684.043
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	19.2	1.257.629	1.257.629
Reserva de capital		20.428	19.203
Ajustes de avaliação patrimonial		1.035.118	341.370
Outros resultados abrangentes		(813.817)	(1.021.687)
Reservas de lucros	19.4	1.251.308	1.116.361
Prejuízos acumulados		(194.669)	(134.922)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.555.997	1.577.954
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.630.483	13.485.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A
CNPJ nº 61.695.227/0001-93

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Não auditado	
		31.12.2015	31.12.2014
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Receita	22		
Fornecimento de energia elétrica		12.342.653	7.799.018
Energia elétrica de curto prazo		812.325	831.792
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.144.484	4.695.046
Ativos e passivos financeiros setoriais		2.108.711	885.486
Serviços cobráveis		12.497	15.392
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		221.824	199.576
Outras receitas		117.728	114.647
Tributos	22		
ICMS		(3.873.654)	(2.422.318)
PIS-PASEP		(350.674)	(210.610)
COFINS		(1.619.533)	(970.083)
ISS		(270)	(255)
Encargos - Parcela "A"	22		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(64.312)	(46.526)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(64.312)	(46.490)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.169.660)	(222.666)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(15.149)	(15.900)
Outros encargos		(1.740.319)	(32.745)
RECEITA LÍQUIDA		12.862.339	10.573.364
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(8.524.148)	(7.212.156)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(236.801)	(271.673)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.123.511)	(396.083)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		2.977.879	2.693.452
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	25		
Pessoal e administradores		(671.003)	(658.443)
Entidade de previdência privada		(315.254)	(286.038)
Material		(41.596)	(42.682)
Serviços de terceiros		(497.711)	(413.012)
Arrendamento e aluguéis		(21.920)	(24.786)
Seguros		(3.785)	(3.490)
Doações, contribuições e subvenções		(8.603)	(6.793)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(197.019)	(80.580)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(92.222)	(28.967)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos		(97.550)	55.191
(-) Recuperação de despesas		7.943	9.127
Tributos		(33.814)	(33.409)
Depreciação e amortização		(439.745)	(446.860)
Outros custos operacionais	26	(234.251)	(119.468)
RESULTADO DA ATIVIDADE		331.349	613.242
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	469.543	303.841
Despesas financeiras	27	(663.047)	(486.637)
Variações cambiais, líquidas	27	(120.401)	(25.671)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		17.444	404.775
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	28	(103.262)	(85.708)
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	28	114.794	(41.383)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.976	277.684
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		9.800	93.914
Acionistas não controladores		19.176	183.770
LUCRO POR AÇÃO:			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	81.115
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	81.115
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADA DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	81.115
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	81.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A
CNPJ nº 61.695.227/0001-93

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2015	Não auditado 31.12.2014
Resultado do exercício	28.976	277.684
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação - Complemento da BRR 4CRTP	1.180.100	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(401.234)	-
Previdência Privada - Superávit (Déficit) atuarial	314.955	(207.755)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(107.085)	70.637
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	986.736	(137.118)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	1.015.712	140.566
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	343.519	47.540
Acionistas não controladores	672.193	93.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
 CNPJ nº 61.695.227/0001-93

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)	1.257.629	18.210	429.682	(884.569)	1.145.804	(536.579)	1.430.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	277.684	277.684
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(88.312)	-	-	88.312	-
Ajuste de avaliação atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(137.118)	-	-	(137.118)
Remuneração com base em ações	-	993	-	-	-	-	993
Absorção do prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	-	-	-	-	(29.443)	29.443	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	6.218	6.218
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	1.257.629	19.203	341.370	(1.021.687)	1.116.361	(134.922)	1.577.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.976	28.976
Reserva de reavaliação - Complemento da BRR - 4CRTP	-	-	1.180.100	-	-	-	1.180.100
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	-	-	(401.234)	-	-	-	(401.234)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(85.118)	-	-	85.118	-
Ajuste de avaliação atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	207.870	-	-	207.870
Remuneração com base em ações	-	1.225	-	-	-	-	1.225
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	3.191	3.191
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	-	-	8.692	(8.692)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(42.085)	(42.085)
Reserva estatutária	-	-	-	-	126.255	(126.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.257.629	20.428	1.035.118	(813.817)	1.251.308	(194.669)	2.555.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
 CNPJ nº 61.695.227/0001-93

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2015	Não auditado 31.12.2014
<u>Atividades operacionais:</u>		
Lucro líquido do exercício	28.976	277.684
<u>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Depreciação e amortização	439.745	446.860
Variações monetárias e cambiais	19.795	(24.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	231.409	104.734
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	136.639	94.646
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	507.271	382.156
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	312.891	282.517
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(63.592)	(67.835)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	69.865	72.420
Ganho de capital na alienação de ativos	(2.613)	(157.974)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(114.794)	41.383
Ações e opções de ações outorgadas	1.225	993
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.043.664)	(623.097)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.492	12.837
Outros tributos compensáveis	23.934	36.183
Almoxarifado operacional	(820)	(8.315)
Despesas pagas antecipadamente	(8.025)	(272)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(69.708)	(52.458)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(1.070.394)	(915.915)
Fornecedores	365.351	405.860
Imposto de renda e contribuição social a pagar	79.798	41.271
Outros tributos a pagar	(23.230)	316.626
Pagamento de processos judiciais e outros	(164.042)	(133.911)
Obrigações sociais e trabalhistas	13.682	(11.603)
Encargos setoriais	657.632	43.439
Outros passivos circulantes e não circulantes	37.866	(2.807)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	89.677	71.429
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(211.762)	(224.649)
	250.604	407.294
Juros pagos (encargos de dívidas)	(450.887)	(334.406)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(115.897)	(70.950)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(316.180)	1.938
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Aquisições de imobilizado e intangíveis	(618.373)	(571.321)
Consumidores participação financeira	101.507	148.014
Aplicações em investimento de curto prazo	(9.510.605)	(5.586.528)
Resgates de investimento de curto prazo	9.833.454	5.695.966
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	24.925	61.081
Recebimento de venda de ativo imobilizado	12.543	57.772
Alienação de investimentos	-	3.600
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(156.549)	(191.416)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.181.144	569.397
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(22)	(68.655)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(725.568)	(277.998)
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	(9.585)	(2.182)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(7.879)	(4.034)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	438.090	216.528
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(34.639)	27.050
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	181.260	154.210
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	146.621	181.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) A Brasileira Participações por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 22, faturou com fornecimento de energia 36.179 GWh e 37.827 GWh nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,9 milhões e 6,7 milhões de unidades consumidoras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015 (vide nota explicativa 31.4 (b.4)).

Reorganização societária

Conforme fato relevante divulgado em 3 de junho de 2015, tornou-se pública a proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia Brasileira de Energia (“Companhia Brasileira”) e AES Tietê S.A. (“AES Tietê”), bem como as demais sociedades direta e indiretamente controladas por elas. A proposta da reorganização foi formalizada pelo Acordo de Reestruturação assinado entre a AES Holdings Brasil Ltda e o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), sendo posteriormente aprovada pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433 de 25 de agosto de 2015, e pelos Conselhos de Administração da Companhia Brasileira e da AES Tietê, por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 26 de outubro de 2015, as Assembleias Gerais de todas as sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização, sujeitas a determinadas condições suspensivas que foram cumpridas em 28 de dezembro de 2015. Dessa forma, para efeitos fiscais e societários, em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia Brasileira e versão do acervo cindido para a Brasileira Participações. A Companhia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Companhia Brasileira e conseqüentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê Energia”).

A AES Holdings Brasil Ltda e a BNDESPAR formalizaram a assinatura do acordo de acionistas da Brasileira Participações, nova acionista controladora da AES Elpa e, indiretamente, da Companhia, o qual reflete substancialmente os mesmos termos do antigo acordo de acionistas da Companhia Brasileira antes da reorganização. Desta forma, a reorganização e o novo acordo de acionistas não implicaram na alteração do acionista controlador da Brasileira Participações e da AES Tietê Energia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil Ltda. Após a reorganização, a AES Holdings Brasil Ltda e a BNDESPAR mantiveram as suas participações inalteradas no capital social total de ambas as empresas, Brasileira Participações e AES Tietê Energia.

Portanto, a reorganização societária implicou, exclusivamente para a Companhia, na substituição de sua controladora indireta, em razão da transferência das ações da Companhia Brasileira para a Brasileira Participações, não gerando qualquer impacto na apresentação destas demonstrações contábeis regulatórias.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 36 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis regulatórias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia estão descritos abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) **Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)**

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 5.4, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzindo as rubricas do ativo que as originaram – vide notas explicativa nº 5 e 8. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

i) **Consumidores**

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Serviços prestados/Acordos

Os serviços prestados são provisionados com base nos créditos vencidos há mais de 360 dias.

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes “Termo de Confissão de Dívida - TCD” são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, desde que pelo menos uma das faturas negociadas já esteja em PCLD, e são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa”.

(d) **Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são analisados, em bases trimestrais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) **Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

(f) **Ativo e passivo financeiro setorial**

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário. O saldo por ciclos pode ser verificado na nota explicativa nº 32.

3.2 Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de distribuição.

Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão da Companhia são classificados como intangíveis em curso.

3.3 Ativos e passivos vinculados à concessão

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, registrada em determinação à Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

A reavaliação regulatória compulsória é valorada de acordo com o laudo da base de remuneração regulatória elaborado pela Companhia e homologado pela ANEEL na ocasião da Revisão Tarifária Ordinária. O valor contabilizado foi apurado pela diferença entre o valor contábil e o valor novo de reposição (VNR) do ativo imobilizado em serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e índices de aproveitamento, em decorrência do 4º ciclo de Revisão Tarifária da Companhia, ocorrido em julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da reavaliação regulatória compulsória registrada, correspondente ao 4º ciclo de Revisão Tarifária, é de R\$ 1.568.361 (R\$ 517.227 em 31 de dezembro de 2015). A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Imobilizado - Arrendamento mercantil financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil financeiro cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

As operações envolvendo arrendamento mercantil devem ser submetidas à aprovação do Órgão Regulador. A contabilização das operações de arrendamento mercantil restringe-se aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia não possui ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 31.2, a Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos, subvenções governamentais, encargos tarifários e do consumidor a recolher, e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas (taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc) revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FUNCESP). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Nos contratos de arrendamento mercantil classificados como “operacional”, pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.20 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.21 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) **Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b) Depreciação do ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear pelo prazo correspondente à vida útil regulatória dos ativos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(c) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases trimestrais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(e) **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(g) **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 31.

(h) **Receita não faturada**

A receita não faturada é registrada conforme descrito na nota explicativa nº 3.17 (a).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) **Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.22 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

- (i) Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45. Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e de maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.
- (ii) Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
 - IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
 - IFRS 16 - Lease
 - Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
 - Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
 - Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
 - Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
 - Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
 - Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
 - Melhorias Anuais nas IFRSs ciclo 2012 – 2014.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Não auditado	
	2015	2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	9.879	6.859
Numerário em trânsito	136.742	113.975
CDB-DI (i)	-	15.106
Operação compromissada (i)	-	45.320
Subtotal	146.621	181.260
<u>Investimentos de curto prazo:</u>		
CDB-DI (i)	57.018	198.512
Operação compromissada (i)	327.234	466.747
Títulos públicos	-	62.209
Fundo de investimento (i)	305	423
Subtotal	384.557	727.891
Total	531.178	909.151

- (i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média a 99,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (100,76% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 A composição do contas a receber (correntes e renegociados) está demonstrada a seguir:

CIRCULANTE	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS				Não auditado					
	Corrente a vencer		Corrente Vencida		PCLD	Total de consumidores, concessionárias e permissionárias	Renegociada a vencer		Renegociada a vencer		PCLD	Total de valores renegociados	Total 2015	Total 2014		
	até 60 dias	mais de 60 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			mais de 360 dias	até 60 dias	mais de 60 dias	até 60 dias					mais de 60 dias	
Consumidores - Fomento de energia:																
Residencial	394.817	-	458.832	76.477	3.195	2.296	(86.886)	848.731	33.121	49.912	18.722	94.166	(141.293)	54.628	903.359	503.567
Industrial	81.821	-	69.948	12.338	10.786	2.622	(9.560)	167.955	2.998	4.470	2.134	9.989	(8.528)	11.063	179.018	100.171
Comercial	280.555	-	129.566	11.515	2.633	10.756	(7.589)	427.436	5.943	531	2.247	9.470	(10.456)	7.735	435.171	256.888
Rural	107	-	96	4	1	-	-	208	-	-	-	-	-	1	209	148
Podereis publicos	48.300	-	25.622	2.257	2.507	123	(131)	78.678	11.407	57	13	17	(8)	11.486	90.164	72.915
Iluminação pública	26.814	-	4.142	293	37	-	-	31.286	336	170	-	-	-	506	31.792	16.559
Serviço público	43.275	-	4.270	2.026	330	3.581	(1.094)	52.388	27	27	9	-	(1)	63	52.451	19.022
Serviço taxado (*)	353	-	810	178	24	340	-	1.705	355	910	316	2.689	-	4.270	5.975	1.575
Fornecimento não faturado	854.837	-	-	-	-	-	-	854.837	-	-	-	-	-	-	854.837	577.185
(-) Arrecadação Processo Classif. (*)	-	-	(99.595)	(757)	(443)	-	-	(100.795)	-	-	-	-	-	-	(100.795)	(63.786)
Concessionárias e permissionárias:																
Energia no curto prazo - CCCE	161.898	-	-	-	-	-	-	161.898	-	-	-	-	-	-	161.898	330.769
Energias de uso da rede	43	-	238	-	-	-	-	281	-	-	-	-	-	-	281	60
Ressarcimento - feições de energia	5.566	-	-	-	-	-	-	5.566	-	-	-	-	-	-	5.566	8.614
TOTAL - CIRCULANTE	1.898.386	-	593.929	104.331	19.070	19.718	(105.260)	2.530.174	54.187	56.077	23.441	116.333	(160.286)	89.752	2.619.926	1.823.687
NÃO CIRCULANTE																
Consumidores - Fomento de energia:																
Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.837	-	-	(13.837)	-	-	8.796
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.424	-	-	(209)	9.215	9.215	1.058
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	846	-	-	(846)	-	-	1.441
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.451	8.574
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	26.451	-	26.451	-	24.107	-	-	(14.892)	9.215	35.666	19.900
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.898.386	-	593.929	104.331	19.070	46.169	(105.260)	2.556.625	54.187	80.184	23.441	116.333	(175.178)	98.967	2.655.592	1.843.587

(*) Os saldos de serviço taxado e arrecadação em fase de processo de classificação, para fins societários, são realocados para as classes de consumo.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	2015					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD ^(*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	-	165
Poder público:						
Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	-	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	-	31.112
Serviço público	43.275	3.616	5.936	52.827	(1.094)	51.733
Total - Faturado	876.042	593.691	143.119	1.612.852	(105.260)	1.507.592
Não faturado	854.837	-	-	854.837	-	854.837
Total	1.730.879	593.691	143.119	2.467.689	(105.260)	2.362.429
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	161.898	-	-	161.898	-	161.898
Encargos de uso da rede	43	238	-	281	-	281
Ressarcimento - leilões de energia	5.566	-	-	5.566	-	5.566
Total	167.507	238	-	167.745	-	167.745
Total - CIRCULANTE	1.898.386	593.929	143.119	2.635.434	(105.260)	2.530.174
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Iluminação pública ^(**)	-	-	26.451	26.451	-	26.451
Total - NÃO CIRCULANTE	-	-	26.451	26.451	-	26.451

	2014 (não auditado)					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD ^(*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	209.975	217.640	34.987	462.602	(49.626)	412.976
Industrial	48.602	30.516	13.183	92.301	(6.109)	86.192
Comercial	179.243	51.411	2.084	232.738	(11.099)	221.639
Rural	89	28	21	138	-	138
Poder público:						
Federal	2.698	2.239	179	5.116	(291)	4.825
Estadual	10.407	1.732	107	12.246	(4)	12.242
Municipal	13.618	3.325	1.863	18.806	(82)	18.724
Iluminação pública	15.363	785	253	16.401	-	16.401
Serviço público	18.476	257	5.944	24.677	(963)	23.714
Total - Faturado	498.471	307.933	58.621	865.025	(68.174)	796.851
Não faturado	587.482	-	-	587.482	-	587.482
Total	1.085.953	307.933	58.621	1.452.507	(68.174)	1.384.333
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	330.769	-	-	330.769	-	330.769
Encargos de uso da rede	60	-	-	60	-	60
Ressarcimento - leilões de energia	8.614	-	-	8.614	-	8.614
Total	339.443	-	-	339.443	-	339.443
Total - CIRCULANTE	1.425.396	307.933	58.621	1.791.950	(68.174)	1.723.776

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 5.4

(**) Em 6 de agosto de 2015 foi publicada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) nº 4357 e nº 4425, que buscavam impugnar a Emenda Constitucional nº 62 de 2009, cujo objeto era o

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecimento da forma de pagamento dos precatórios judiciais emitidos até 25 de março de 2015. Dentre outros, tal decisão estabeleceu os seguintes pontos:

- i) Ratificação de todos os procedimentos e todas as operações anteriormente realizadas para a quitação dos precatórios, não restando mais nenhum risco aos credores quanto a eventual discussão da validade dos recebimentos ocorridos entre 2009 e março de 2015;
- ii) Definição de um prazo certo e determinado para a quitação dos precatórios pendentes de pagamento até 25 de março de 2015 (até janeiro de 2020);
- iii) Na hipótese de impontualidade da Fazenda Pública no repasse dos valores necessários para o pagamento dos Precatórios, o Presidente do respectivo Tribunal de Justiça fica compelido a realizar sequestro das verbas necessárias, sob pena de crime de responsabilidade.

A Administração da Companhia reavaliou os créditos advindos de precatórios judiciais junto a municípios e concluiu que a decisão acima garante a realização de tais créditos e constituiu um contas a receber no valor total de R\$ 26.451, sendo R\$ 6.654 de principal (nota explicativa nº 5.4) e R\$ 19.797 de juros e atualização monetária (nota explicativa nº 27) até 31 de dezembro de 2015. Em função da incerteza com relação à realização dos precatórios judiciais até a data da decisão do STF, tais créditos haviam sido baixados para perda.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

5.3 A composição do saldo de contas a receber – acordos é como segue:

	2015	Não auditado 2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	11.215	24.892
Consumidores	238.068	187.362
Outros	755	751
Subtotal	250.038	213.005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5.4	(160.286)	(113.094)
Saldo líquido de PCLD	89.752	99.911
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	-	8.615
Consumidores	24.107	27.963
Subtotal	24.107	36.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 5.4	(14.892)	(16.678)
Saldo líquido de PCLD	9.215	19.900
Total circulante + não circulante	98.967	119.811

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência dos incrementos tarifários, houve um acréscimo no número de acordos realizados em 2015. Como estratégia para regularização de débitos em atraso pelos consumidores, a Companhia intensificou a realização de “ feirões ” específicos para este tipo de negociação.

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	11.215	-	-	11.215
Consumidores	123.156	29.515	109.504	262.175
Outros	-	-	755	755
Subtotal	134.371	29.515	110.259	274.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.398)	(15.521)	(110.259)	(175.178)
Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante	84.973	13.994	-	98.967

5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Não auditado				Saldo final 31.12.2015
	Saldo inicial 31.12.2014	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	
<u>CIRCULANTE</u>					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(68.174)	(253.505)	76.316	140.103	(105.260)
Outros ativos circulantes - serviços prestados	(871)	(2.806)	986	2.070	(621)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 5	(113.094)	(86.387)	32.201	6.994	(160.286)
Total	(182.139)	(342.698)	109.503	149.167	(266.167)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 5	(16.678)	(1.669)	3.455	-	(14.892)
Total	(16.678)	(1.669)	3.455	-	(14.892)
Total circulante + não circulante	(198.817)	(344.367)	112.958	149.167	(281.059)

Rubricas de origem	Não auditado				Saldo final 31.12.2014
	Saldo inicial 31.12.2013	Provisões	Reversões	Baixa para perdas	
<u>CIRCULANTE:</u>					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(61.451)	(165.568)	69.144	89.701	(68.174)
Outros ativos circulantes - serviços prestados	(1.628)	(4.044)	657	4.144	(871)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 5	(143.701)	(38.199)	24.846	43.960	(113.094)
INSS - auxílio doença	(1.429)	-	1.429	-	-
Total	(208.209)	(207.811)	96.076	137.805	(182.139)
<u>NÃO CIRCULANTE:</u>					
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 5	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total	(23.679)	-	7.001	-	(16.678)
Total circulante + não circulante	(231.888)	(207.811)	103.077	137.805	(198.817)

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2015	Não auditado 2014
Provisões	(344.367)	(207.811)
Reversões	112.958	103.077
Receita com recuperação de perdas ^(*)	34.390	24.154
Despesa com PCLD	(197.019)	(80.580)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda, incluindo o montante de R\$ 6.654 dos créditos de precatórios judiciais.

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	2015	2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	6.497	3.254
Imposto de renda	16.877	8.790
Imposto de renda retido na fonte	2.599	7.334
Total	25.973	19.378
Outros tributos compensáveis	2015	2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	81	81
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	73.512	71.040
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios - nota explicativa nº 18	1.810	25.026
ICMS - compra de créditos ^(*)	16.857	8.850
COFINS	978	4.404
PIS	212	955
Outros	-	164
Total	93.450	110.520
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	33.916	40.780
Subtotal	33.916	40.780
Total	127.366	151.300

(*) Saldo de créditos de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, adquiridos de terceiros, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Não auditado		Não auditado	
	Balço Patrimonial		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo não circulante				
Provisão de benefício a empregados	319.282	296.335	22.947	14.130
Provisão para processos judiciais e outros	188.596	146.909	41.687	(18.171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	95.560	67.598	27.962	(11.244)
Reavaliação regulatória	(533.243)	(175.857)	43.848	45.495
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	419.239	526.324	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	53.907	92.906	(38.999)	(34.033)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	189.025	198.259	(9.234)	(5.471)
Alienação de imóvel	(20.554)	(24.129)	3.575	(24.129)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	21.724	12.876	8.848	2.024
Outros	(30.206)	(44.366)	14.160	(9.984)
Total	703.330	1.096.855	114.794	(41.383)

	2015	2014
Tributos diferidos ativos	1.315.441	1.355.347
Tributos diferidos passivos	(612.111)	(258.492)
	703.330	1.096.855

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2015, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2016	65.455	23.564	89.019
2017	153.749	55.350	209.099
2018	111.291	40.065	151.356
2019	127.818	46.014	173.832
2020-2022	361.251	130.050	491.301
2023-2025	115.598	41.615	157.213
2026-2028	32.074	11.547	43.621
	967.236	348.205	1.315.441

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos circulantes e não circulantes

	2015	Não auditado 2014
CIRCULANTE		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	45.700	45.185
Cauções e depósitos vinculados	985	1.238
Valores a receber da alienação de imóvel	79.140	49.726
Alienação de bens e direitos	10.919	9.290
Serviços prestados	1.237	873
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 22	177.011	114.669
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 29	3.200	2.884
Devedores diversos	10.011	1.997
Outros	3.961	6.840
Subtotal	332.164	232.702
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados	(621)	(871)
Total	331.543	231.831
NÃO CIRCULANTE		
Eletropaulo Metropolitana x Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 29	-	218
Programa Reluz - PMSBC	-	3.728
Valores a receber da alienação de imóvel	-	40.659
Bens e direitos destinados a alienação	40.614	27.552
Financiamento à CESP	8.455	5.752
Cauções contratuais - venda de imóveis	11.035	-
Outros	5.587	3.666
Total	65.691	81.575

9. Imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas concessão

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dos § 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010 foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL, celebrado em 15 de junho de 1998, estabelecido na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 A composição e movimentação do imobilizado é como segue:

	Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado	
	Valor bruto em 31.12.2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2015	Valor líquido em 31.12.2014	Valor líquido em 31.12.2014
Ativo Imobilizado em Serviço	17.717.732	40.629	(300.357)	478.679	3.690.128	(32.571)	21.594.240	186.380	(13.922.675)	7.671.565	6.218.283	6.218.283
Distribuição												
Terrenos	290.266	-	(3.040)	7.633	-	(13.062)	281.797	(8.469)	-	281.797	289.311	289.311
Edifícios, obras civis e benfeitorias	404.411	-	(1.989)	19.651	-	(10.696)	411.377	6.966	(258.869)	152.508	127.424	127.424
Máquinas e equipamentos	16.888.384	7.066	(275.219)	445.646	3.690.128	(15.965)	20.740.040	161.528	(13.565.071)	7.174.969	5.769.182	5.769.182
Veículos	116.490	33.537	(19.487)	5.749	-	7.152	143.441	26.951	(82.930)	60.511	29.407	29.407
Móveis e utensílios	18.181	26	(622)	-	-	-	17.585	(596)	(15.805)	1.780	2.959	2.959
Administração	177.823	-	(638)	12.564	-	6.207	195.956	18.133	(112.845)	83.111	74.709	74.709
Terrenos	(6.765)	-	-	-	-	-	(6.765)	-	-	(6.765)	(6.765)	(6,765)
Edifícios, obras civis e benfeitorias	36.832	-	(233)	5.782	-	-	42.381	5.549	(6.430)	35.951	31.638	31.638
Máquinas e equipamentos	122.491	-	(324)	6.331	-	6.402	134.900	12.409	(93.832)	41.068	36.087	36.087
Veículos	1.782	-	-	374	-	(195)	1.961	179	(218)	1.743	1.525	1.525
Móveis e utensílios	23.483	-	(81)	77	-	-	23.479	(4)	(12.365)	11.114	12.224	12.224
Subtotal	17.895.555	40.629	(300.995)	491.243	3.690.128	(26.364)	21.790.196	204.513	(14.035.520)	7.754.676	6.292.992	6.292.992
Ativo Imobilizado em Curso												
Distribuição	405.004	503.691	-	(466.332)	-	(6)	442.357	37.353	-	442.357	405.004	405.004
Máquinas e equipamentos	255.587	464.260	-	(427.269)	-	(6)	292.572	36.985	-	292.572	255.587	255.587
Outros	149.417	39.431	-	(39.063)	-	-	149.785	368	-	149.785	149.417	149.417
Administração	21.927	26.570	-	(22.371)	-	6	26.132	4.205	-	26.132	21.927	21.927
Máquinas e equipamentos	16.045	19.211	-	(11.102)	-	-	24.154	8.109	-	24.154	16.045	16.045
Outros	5.882	7.359	-	(11.269)	-	6	1.978	(3.904)	-	1.978	5.882	5.882
Subtotal	426.931	530.261	-	(488.703)	-	-	468.489	41.558	-	468.489	426.931	426.931
Total do Ativo Imobilizado	18.322.486	570.890	(300.995)	2.540	3.690.128	(26.364)	22.258.685	246.071	(14.035.520)	8.223.165	6.719.923	6.719.923

O montante de R\$ 3.690.128 refere-se à Base de Remuneração Regulatória, registrada em junho de 2015 e complementada em outubro de 2015, a qual ainda não foi registrada no módulo de controle patrimonial. A Companhia está atualmente trabalhando nas adequações sistêmicas para a implementação da base no sistema de controle patrimonial, para a posterior abertura por classe de ativo imobilizado.

ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 A composição e movimentação do intangível é como segue:

	Não auditado							Não auditado			
	Valor bruto em 31.12.2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2015	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2015	Valor líquido em 31.12.2014
Ativo Intangível em Serviço											
Distribuição	443.612	-	(4)	7.557	-	688	451.853	8.241	(384.589)	67.264	64.798
Serviços	51.379	-	-	7.453	-	(1.816)	57.016	5.637	-	57.016	51.379
Softwares	392.233	-	(4)	104	-	2.504	394.837	2.604	(384.589)	10.248	13.419
Administração	132.906	-	(47)	1.342	-	-	134.201	1.295	(114.014)	20.187	32.822
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	132.906	-	(47)	1.342	-	-	134.201	1.295	(114.014)	20.187	32.822
Subtotal	576.518	-	(51)	8.899	-	688	586.054	9.536	(498.603)	87.451	97.620
Ativo Intangível em Curso											
Distribuição	14.429	28.472	-	(10.551)	-	-	32.350	17.921	-	32.350	14.429
Serviços	8.542	27.611	-	(10.551)	-	-	25.602	17.060	-	25.602	8.542
Outros	5.887	861	-	-	-	-	6.748	861	-	6.748	5.887
Administração	50.751	52.574	-	(888)	-	-	102.437	51.686	-	102.437	50.751
Outros	50.751	52.574	-	(888)	-	-	102.437	51.686	-	102.437	50.751
Subtotal	65.180	81.046	-	(11.439)	-	-	134.787	69.607	-	134.787	65.180
Total do Ativo Intangível	641.698	81.046	(51)	(2.540)	-	688	720.841	79.143	(498.603)	222.238	162.800

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 A composição e movimentação da conta “Máquinas e equipamentos” da atividade de distribuição é como segue:

	Não auditado						
	Valor bruto em 31.12.2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (*)	Valor bruto em 31.12.2015	Adições líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto							
Distribuição:	16.888.384	428.076	(275.219)	8.671	3.690.128	20.740.040	161.528
Transformador de distribuição	1.059.396	81.468	(15.617)	-	-	1.125.247	65.851
Medidor	1.312.984	49.110	(68.764)	-	-	1.293.330	(19.654)
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	7.089.671	239.961	(122.224)	-	-	7.207.408	117.737
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.420.571	11.814	(2.208)	-	-	2.430.177	9.606
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	51.677	241	(1.111)	-	-	50.807	(870)
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.829.889	41.182	(56.005)	-	-	2.815.066	(14.823)
Demais máquinas e equipamentos	2.124.196	4.300	(9.290)	8.671	3.690.128	5.818.005	3.681
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.355.968)	(159)	-	(397.827)	(595.479)	(2.349.433)	(397.986)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(900.423)	(159)	-	(34.532)	-	(935.114)	(34.691)
Outros	(455.545)	-	-	(363.295)	(595.479)	(1.414.319)	(363.295)
Originadas da Receita:	(455.545)	-	-	(363.295)	(595.479)	(1.414.319)	(363.295)
Untraspasse de demanda	-	-	-	(102.237)	-	(102.237)	(102.237)
Excedente de reativos	-	-	-	(259.805)	-	(259.805)	(259.805)
Outros	(455.545)	-	-	(1.253)	(595.479)	(1.052.277)	(1.253)

(*) Vide nota explicativa nº 9.1.

9.4 A composição do custo histórico e reavaliação do imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas à concessão é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			Não auditado 2014
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:					
Distribuição	3,83%	22.046.093	(14.307.264)	7.738.829	6.283.081
Custo histórico		10.946.198	(5.421.266)	5.524.932	5.421.995
Reavaliação		11.099.895	(8.885.998)	2.213.897	861.086
Administração	5,09%	330.157	(226.859)	103.298	107.531
Custo histórico		297.540	(187.791)	109.749	112.928
Reavaliação		32.617	(39.068)	(6.451)	(5.397)
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	33,48%	4.645	(1.296)	3.349	-
Custo histórico		4.645	(1.296)	3.349	-
Total em serviço		22.380.895	(14.535.419)	7.845.476	6.390.612
Em curso:					
Distribuição		474.707	-	474.707	419.433
Administração		128.569	-	128.569	72.678
Total em curso		603.276	-	603.276	492.111
Total: em serviço + em curso		22.984.171	(14.535.419)	8.448.752	6.882.723

9.5 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Valor bruto em 31.12.2015
Em curso						
Terrenos	9.940	8.900	513	1.229	13.141	33.723
Edificações, obras civis e benfeitorias	322	4.306	434	58	3	5.123
Máquinas e equipamentos	268.090	160.093	52.641	2.377	2.568	485.769
Móveis e utensílios	160	155	3	7	-	325
Material em depósito	5.095	-	-	-	-	5.095
Outros	5.428	40.784	10.999	8.172	15.889	81.272
Total do imobilizado em curso	289.035	214.238	64.590	11.843	31.601	611.307

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	Sistema de radiocomunicação UHF	7.345
2.	Servidão	3.736
3.	Edificação outras - galpão	3.419
4.	Edificação outros - casa de comando	3.405
5.	Medidor eletrônico energia monof	2.974
6.	Trafo força 138 Kv 34,5 Kv 67 mva trif com comut	2.777
7.	Terreno - utilização geral	2.669
8.	Trafo força 138 Kv 13,8 Kv 40/60 mva trif com comut	2.580
9.	Equip geral inform palm top	2.510
10.	Condutor CU isolado-xlpe 3x6mm2 trif	2.506

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	Condutor al isoaldo-pvc 1/0awg monof	(5.847)
2.	Medidor eletromecânico energia monof	(5.342)
3.	Condutor cu isolado-pvc 6mm2 monof	(3.857)
4.	Condutor inf 69kv, co, xlpe, 3x1x70+50mm2, 4f	(3.049)
5.	Medidor eletromecânico energia monof	(3.015)
6.	Disj 145kv 2000a a gás ext 31,5ka	(2.717)
7.	Medidor eletromecânico energia monof	(2.525)
8.	Poste circular concreto 10,5 m 600dan	(2.322)
9.	Medidor eletromecânico energia monof	(2.320)
10.	Condutor cu nu 6awg monof	(2.180)

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Depreciação Taxa média anual (%)	2015			Total
		Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	
Em serviço		(1.264.353)	(61.917)	(1.023.163)	(2.349.433)
Participação da União, Estados e Municípios	3,77	(37.762)	-	-	(37.762)
Participação Financeira do Consumidor	3,77	(673.546)	(61.917)	-	(735.463)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,77	(51.828)	-	-	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,77	(32.470)	-	-	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	3,77	(31.473)	-	-	(31.473)
Outros		(437.274)	-	(1.023.163)	(1.460.437)
Ultrapassagem de demanda	4,16	(102.237)	-	-	(102.237)
Excedente de reativos	4,16	(259.805)	-	-	(259.805)
Outros	3,77	(75.232)	-	(1.023.163)	(1.098.395)
(-) Amortização Acumulada - AIS		252.160	-	377.441	629.601
Participação da União, Estados e Municípios	3,77	6.698	-	-	6.698
Participação Financeira do Consumidor	3,77	189.228	-	-	189.228
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,77	17.618	-	-	17.618
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,77	6.796	-	-	6.796
Pesquisa e Desenvolvimento	3,77	10.099	-	-	10.099
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	4,16	13.773	-	-	13.773
Outros	3,77	7.948	-	377.441	385.389
Em curso		(72.067)	-	-	(72.067)
Participação da União, Estados e Municípios		(2.710)	-	-	(2.710)
Participação Financeira do Consumidor		(69.357)	-	-	(69.357)
Total		(1.084.260)	(61.917)	(645.722)	(1.791.899)

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Não auditado						Saldo final 31.12.2015
	Saldo inicial 31.12.2014	Adição	Baixas	Outras mutações	Transferências	Reavaliação	
Em serviço	(1.355.967)	(159)	-	-	(397.828)	(595.479)	(2.349.433)
Participação da União, Estados e Municípios	(35.027)	-	-	-	(2.735)	-	(37.762)
Participação Financeira do Consumidor	(703.506)	(159)	-	-	(31.798)	-	(735.463)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(51.828)	-	-	-	-	-	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(32.470)	-	-	-	-	-	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	(31.473)	-	-	-	-	-	(31.473)
Outros	(501.663)	-	-	-	(363.295)	(595.479)	(1.460.437)
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	(102.237)	-	(102.237)
Excedente de reativos	-	-	-	-	(259.805)	-	(259.805)
Outros	(501.663)	-	-	-	(1.253)	(595.479)	(1.098.395)
(-) Amortização Acumulada - AIS	292.081	76.754	-	-	-	260.766	629.601
Participação da União, Estados e Municípios	5.323	1.375	-	-	-	-	6.698
Participação Financeira do Consumidor	162.220	27.008	-	-	-	-	189.228
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	15.667	1.951	-	-	-	-	17.618
Programa de Eficiência Energética - PEE	5.574	1.222	-	-	-	-	6.796
Pesquisa e Desenvolvimento	8.914	1.185	-	-	-	-	10.099
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	-	13.773	-	-	-	-	13.773
Outros	94.383	30.240	-	-	-	260.766	385.389
Em curso	(368.388)	(189.136)	-	87.629	397.828	-	(72.067)
Participação da União, Estados e Municípios	(2.355)	(32.401)	-	29.311	2.735	-	(2.710)
Participação Financeira do Consumidor	(11.723)	(60.121)	-	(29.311)	31.798	-	(69.357)
Outros	(354.310)	(96.614)	-	87.629	363.295	-	-
Ultrapassagem de demanda	(99.590)	(25.878)	-	23.231	102.237	-	-
Excedente de reativos	(254.720)	(69.483)	-	64.398	259.805	-	-
Outros	-	(1.253)	-	-	1.253	-	-
Total	(1.432.274)	(112.541)	-	87.629	-	(334.713)	(1.791.899)

11. Fornecedores

	Não auditado	
	2015	2014
CIRCULANTE		
Itaipu	483.674	234.128
Contratos bilaterais - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 29	271.814	-
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 29	-	296.028
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (*)	191.591	189.652
Leilão - CCEAR	344.241	336.343
ANGRA I e II	23.454	23.001
Quotas de garantia física	30.562	28.393
Energia livre - outros	84.332	74.549
Uso de rede básica	64.822	73.530
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	162.492	35.418
Conexão à rede básica	4.494	3.676
Transmissão	4.971	3.814
Uso do sistema de distribuição	1.069	1.043
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.785	3.513
Subtotal	1.670.301	1.303.088
Materiais e serviços	253.093	254.487
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 29	3.391	3.859
Total	1.926.785	1.561.434

(*) O saldo a pagar no âmbito da CCEE refere-se principalmente ao Risco Hidrológico de Quotas e Itaipu. As competências de outubro e novembro de 2015 tiveram suas liquidações financeiras postergadas pela CCEE, as quais ocorreram concomitantemente em 11 de fevereiro de 2016.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos a pagar

	Não auditado	
	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social a pagar:		
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	1.861	13.272
Contribuição social	670	5.846
Total	2.531	19.118
Outros tributos a pagar:		
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
PIS	18.250	10.129
COFINS	84.061	46.656
INSS	8.681	10.562
IRRF	577	565
Outros	7.759	1.174
Subtotal - Federais	119.328	69.086
Tributos Estaduais		
ICMS	407.853	255.434
ICMS - parcelamento (*)	-	226.128
Subtotal - Estaduais	407.853	481.562
Tributos Municipais		
ISS	1.138	901
Subtotal - Municipais	1.138	901
Total - Outros tributos a pagar	528.319	551.549

(*) A Companhia liquidou, em outubro de 2015, a última parcela referente aos três pedidos de parcelamento de ICMS solicitados no ano de 2014, relativos aos períodos de apuração de agosto, setembro e outubro daquele ano.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. Do montante de imposto de renda e contribuição social apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou compensações com créditos de IRRF oriundos de aplicações financeiras e serviços prestados, no montante de R\$ 17.055, e efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) no montante de R\$ 82.550. Ainda, no exercício atual, efetuou pagamentos de IRRF no montante de R\$ 19.512 e do saldo remanescente do exercício anterior de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 13.835.

No exercício atual, as diferenças entre os montantes recolhidos e os apurados como devidos foram de R\$ 12.195, estando estes registrados na rubrica “Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis” - nota explicativa nº 6.

ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma, conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico:

Abertura do endividamento:

Instituição / Linha Credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação/repactuação	Tipo de garantia	Índiceador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pagamento	Frequência pagamento	Data próximo amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sis remática amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo							
																2017	2018	2019	2020	2021+	Total		
Financeiro / Empréstimo taxa fixa nacional	94.473	633.437	2.874.632	3.603.542																			
Debêntures - 9º emissão	9.297	72.529	97.541	179.367	Sim	dez-05	Não há	CDI	1,12%	fev-16	Semestral	ago-16	ago-18	Anual	SAC	23.451	74.090	-	-	-	-	97.541	
Debêntures - 11º emissão	4.928	99.163	179.367	303.222	Sim	nov-07	Não há	CDI	1,75%	mai-16	Semestral	nov-16	nov-18	Anual	SAC	99.465	99.465	-	-	-	-	99.465	
Debêntures - 12º emissão	2.299	(1.626)	276.793	277.466	Sim	dez-15	Não há	CDI	1,50%	mai-16	Semestral	nov-17	mai-20	Anual	SAC	78.313	78.313	79.457	39.872	-	-	276.793	
Debêntures - 14º emissão	7.757	(1.696)	592.351	598.412	Sim	nov-11	Não há	CDI	1,50%	mai-16	Semestral	nov-18	nov-21	Anual	SAC	(1.832)	58.019	178.059	178.705	179.360	-	592.351	
Debêntures - 15º emissão	24.486	245.215	495.270	764.971	Sim	out-12	Não há	CDI	1,24%	abr-16	Semestral	out-16	out-18	Anual	SAC	246.795	248.475	-	-	-	-	495.270	
Debêntures - 16º emissão	18.989	174.665	-	193.654	Sim	abr-15	Não há	CDI	2,40%	jan-16	No vencimento	jan-16	jan-16	No vencimento	SAC	89.985	-	-	-	-	-	-	89.985
Debêntures - 17º emissão (2ª série)	6.519	(289)	89.985	96.215	Sim	jan-15	Não há	CDI	1,90%	jan-16	Semestral	jan-17	jan-17	No vencimento	SAC	9.248	37.825	37.864	37.915	76.105	-	198.937	
Debêntures - 18º emissão (1ª série)	6.991	(237)	198.957	205.711	Sim	jul-15	Recebeveis	CDI	2,85%	jan-16	Trimestral	out-17	jul-22	Trimestral	SAC	9.227	37.807	37.849	37.903	76.096	-	198.882	
Debêntures - 18º emissão (2ª série)	6.991	(230)	198.882	205.623	Sim	dez-15	Recebeveis	CDI	2,95%	jan-16	Semestral	jan-17	jul-21	Semestral	SAC	70.738	70.803	70.876	70.968	35.555	-	318.940	
Debêntures - 19º emissão	2.881	(339)	318.940	321.482	Sim	dez-15	Não há	CDI	2,95%	jan-16	Semestral	jan-17	jul-21	Semestral	SAC	70.738	70.803	70.876	70.968	35.555	-	318.940	
FINAME	2	637	-	639	Sim	mai-11	França	Não há	8,70%	jan-16	Mensal	jan-16	mai-16	Mensal	SAC	6.957	8.405	8.566	4.176	12.302	-	40.706	
FINPEP	108	3.671	40.706	44.485	Sim	fev-12	França	Não há	4,00%	jan-16	Mensal	jan-16	abr-24	Mensal	SAC	117.964	118.720	59.337	11.033	11.033	-	296.241	
Cédulas de Crédito Bancário - Badesco (CCB's)	2.463	(1.829)	296.241	296.875	Sim	nov-09	Não há	DLP	1,50%	mai-16	Semestral	nov-17	nov-19	Anual	SAC	11.033	11.033	11.033	11.033	2.758	-	46.890	
FINEM - Subcrédito A	240	11.033	46.890	58.163	Sim	fev-15	Recebeveis	DLP	4,22%	jan-16	Mensal	jan-16	mar-21	Mensal	SAC	11.033	11.033	11.033	11.033	2.978	-	50.630	
FINEM - Subcrédito B	108	11.913	50.630	62.651	Sim	fev-15	SELC	Não há	9,50%	jan-16	Mensal	jan-16	mar-21	Mensal	SAC	5.130	5.130	5.130	5.130	1.284	-	21.804	
FINEM - Subcrédito C	107	5.130	21.804	27.041	Sim	fev-15	Recebeveis	SELC	3,20%	jan-16	Mensal	jan-16	mar-21	Mensal	SAC	4.396	4.396	4.396	4.396	1.097	-	18.681	
FINEM - Subcrédito E	32	4.396	18.681	23.109	Sim	fev-15	Recebeveis	SELC	3,20%	jan-16	Mensal	jan-16	mar-21	Mensal	SAC	4.396	4.396	4.396	4.396	1.097	-	18.681	
Fundo de Reversão Aplicado	275	-	-	275	Sim	N/A	Não há	Não há	4,00%	jan-16	Mensal	N/A	N/A	N/A	Outro	-	-	-	-	-	-	-	
Arrendamento financeiro	-	11.351	31.830	43.181	Sim	N/A	Proprio bem	CDI	1,50%	jan-16	Mensal	jan-16	fev-24	Mensal	Outro	8.352	6.467	5.098	4.070	7.843	-	31.830	
Dívidas com fundo de pensão	-	-	2.604.987	2.604.987																			
FUNCESP	-	-	2.604.987	2.604.987	Sim	jul-14	Não há	IGP-DI	5,50%	jan-16	Mensal	abr-16	mai-28	Mensal	Outro	278.058	149.686	161.661	174.594	1.840.968	-	2.604.987	

Os saldos de principal (circulante e não circulante) estão apresentados líquidos dos custos a amortizar.

Abertura dos Ativos Financeiros:

LN	Instituição / Linha Devedora	Principal curto prazo
9	Ativos Financeiros	531.178
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	531.178
9.1.1	Saldo final de caixa - Conta 111	146.621
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	57.018
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	305
9.1.4	Aplic. Financ. Operação Compromissada	327.234

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

Resumo	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Não auditado
					Total 2014
Dívida Bruta					
Financ. / Empréstimo moeda nacional	94.473	633.437	2.874.632	3.602.542	3.071.892
Fundo de pensão	-	-	2.604.967	2.604.967	2.818.793
Ativos Financeiros					
Alta liquidez	-	146.621	-	146.621	120.834
Demais aplicações financeiras	-	384.557	-	384.557	788.317
Dívida líquida	94.473	102.259	5.479.599	5.676.331	4.981.534

13.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva ^(**) (%)	2015							Total Circulante + Não Circulante	
		Circulante				Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos										
Moeda nacional:										
FINAME - b.8	2016	8,70	2	637	-	639	-	-	-	639
FINEP ^(*) - b.9	2024	5,00	108	3.671	-	3.779	40.706	-	40.706	44.485
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - b.10	2019	CDI + 2,64	2.463	-	(1.829)	634	300.000	(3.759)	296.241	296.875
FINEM - Subcrédito A - a.1	2021	TJLP + 4,22	240	11.033	-	11.273	46.890	-	46.890	58.163
FINEM - Subcrédito B - a.1	2021	SELIC + 4,22	108	11.913	-	12.021	50.630	-	50.630	62.651
FINEM - Subcrédito C - a.1	2021	9,50	107	5.130	-	5.237	21.804	-	21.804	27.041
FINEM - Subcrédito E - a.1	2021	SELIC + 3,20	32	4.396	-	4.428	18.681	-	18.681	23.109
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
Total			3.335	36.780	(1.829)	38.286	478.711	(3.759)	474.952	513.238
Debêntures										
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	9.297	75.000	(2.471)	81.826	100.000	(2.459)	97.541	179.367
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	4.928	100.000	(837)	104.091	100.000	(869)	99.131	203.222
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 2,38	2.299	-	(1.626)	673	280.000	(3.207)	276.793	277.466
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	7.757	-	(1.696)	6.061	600.000	(7.649)	592.351	598.412
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	24.486	250.000	(4.785)	269.701	500.000	(4.730)	495.270	764.971
Debêntures - 16ª emissão - b.6	2016	CDI + 3,86	18.989	174.930	(265)	193.654	-	-	-	193.654
Debêntures - 17ª emissão - a.3 (2ª série)	2017	CDI + 2,24	6.519	-	(289)	6.230	90.000	(15)	89.985	96.215
Debêntures - 18ª emissão - a.4 (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.991	-	(237)	6.754	200.000	(1.043)	198.957	205.711
Debêntures - 18ª emissão - a.4 (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.991	-	(250)	6.741	200.000	(1.118)	198.882	205.623
Debêntures - 19ª emissão - a.5	2021	CDI + 3,12	2.881	-	(339)	2.542	320.000	(1.060)	318.940	321.482
Total			91.138	599.930	(12.795)	678.273	2.390.000	(22.150)	2.367.850	3.046.123
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro - c		8,49 a 15,64	-	11.351	-	11.351	31.830	-	31.830	43.181
Total			-	11.351	-	11.351	31.830	-	31.830	43.181
Total da dívida			94.473	648.061	(14.624)	727.910	2.900.541	(25.909)	2.874.632	3.602.542

Vencimento	Taxa efetiva ^(**) (%)	2014 (não auditado)							Total Circulante + Não Circulante	
		Circulante				Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos										
Moeda nacional:										
RELUZ - Eletrobrás - SBC - b.7	2015	5,00	-	440	-	440	-	-	-	440
FINAME - b.8	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	-	637	2.173
FINEP ^(*) - b.9	2024	4,00	106	3.620	-	3.726	44.270	-	44.270	47.996
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - b.10	2019	CDI + 2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)	412.457	474.867
Outros			275	-	-	275	-	-	-	275
Total			6.293	65.588	(3.494)	68.387	464.907	(7.543)	457.364	525.751
Debêntures										
Debêntures - 9ª emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)	170.070	252.557
Debêntures - 11ª emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	4.090	-	(798)	3.292	200.000	(1.706)	198.294	201.586
Debêntures - 13ª emissão - b.3	2020	CDI + 2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)	314.657	358.228
Debêntures - 14ª emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	6.512	-	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)	590.655	595.627
Debêntures - 15ª emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	20.692	-	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)	740.485	756.541
Debêntures - 16ª emissão - b.6	2016	CDI + 2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	-	-	-	369.632
Total			67.885	465.000	(12.875)	520.010	2.045.000	(30.839)	2.014.161	2.534.171
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro - c		8,40 a 13,90	-	2.958	-	2.958	9.012	-	9.012	11.970
Total			-	2.958	-	2.958	9.012	-	9.012	11.970
Total da dívida			74.178	533.546	(16.369)	591.355	2.518.919	(38.382)	2.480.537	3.071.892

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.
- (**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os financiamentos referentes ao FINEM e as Debêntures – 18ª emissão possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM, e à totalidade do saldo devedor, no caso das Debêntures – 18ª emissão. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela Companhia, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	60.435	1,30% a 3,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

13.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir.

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2015:

- a.1) FINEM - em fevereiro de 2015 a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, um financiamento para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com carência de 6 meses para pagamento de principal. A ANEEL, por meio do Despacho nº 596/2015, anuiu à contratação no montante de R\$ 172.000. O montante total aprovado é liberado de acordo com a comprovação das obras previstas em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 171.144.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22%	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22%			
FINEM - Subcrédito C	9,5%			
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20%			

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a.2) Notas promissórias – 2ª emissão - em 8 de setembro de 2015 foi concluída a emissão de 10 notas promissórias com valor unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 100.000.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Notas promissórias	CDI + 2,95%	No vencimento	R\$ 100.000	Janeiro de 2016

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para recomposição de caixa, devido aos pagamentos de parcelas de principal das Cédulas de Crédito Bancário e da 13ª emissão de debêntures.

A Companhia liquidou antecipadamente este financiamento em dezembro de 2015, utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª Emissão de Debêntures.

- a.3) Debêntures – 17ª Emissão – R\$ 190.000 em debêntures, ocorrida em 16 de janeiro de 2015, no mercado local, com vencimentos em julho de 2015 (1ª série) e janeiro de 2017 (2ª série).

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
17ª Emissão (1ª série)	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 100.000	Julho de 2015
17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90%	Semestrais	R\$ 90.000	Janeiro de 2017

As emissões de debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações e em duas séries. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em julho de 2015 foi liquidado o montante de R\$ 106.691, referente à 1ª série desta emissão.

- a.4) Debêntures – 18ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, em duas séries de R\$ 200.000 cada, ocorrida em 14 de julho de 2015, no mercado local, com vencimentos até julho de 2022.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520 Única R\$ 19.120	Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022
18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520 Única R\$ 19.120	Outubro de 2017 a Abril de 2022 Julho de 2022

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, em duas séries, de espécie com garantia real. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Em 11 de setembro de 2015 foi celebrado o primeiro aditamento da escritura da 18ª emissão de debêntures, por meio do qual foi formalizada a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real. Possuem como garantia os recebíveis da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a totalidade do saldo devedor deste financiamento.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados para o reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a.5 Debêntures – 19ª Emissão - R\$ 320.000 em debêntures, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, no mercado local, com vencimento em julho de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
19ª Emissão	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral	R\$ 35.552	Junho de 2017 a Dezembro de 2020
			Única	R\$ 35.584	Julho de 2021

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para a realização do resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias – 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vincendas em 2015 e 2016 das Cédulas de Crédito Bancário (“CCB Bradesco”) e pagamento da parcela de principal vincenda em 2016 da 13ª emissão de debêntures.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

- b.1) Debêntures – 9ª Emissão – R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	Anual	R\$ 75.000	Agosto de 2015
				R\$ 75.000	Agosto de 2016
				R\$ 25.000	Agosto de 2017
				R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

- b.2) Debêntures – 11ª Emissão – R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual	R\$ 100.000	Novembro de 2016
				R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia, no curso regular de seus negócios.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b.3) Debêntures – 13ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros		Amortização		Vencimento
		Semestrais	Anual	R\$		
13ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 20.000		Maio de 2013
				R\$ 20.000		Maio de 2014
				R\$ 40.000		Maio de 2015
				R\$ 40.000		Maio de 2016 (*)
				R\$ 80.000		Maio de 2017
				R\$ 80.000		Maio de 2018
				R\$ 80.000		Maio de 2019
			R\$ 40.000		Maio de 2020	

- (*) Em 8 de dezembro de 2015, foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 13ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) a data de amortização programada da parcela vincenda em 14 de maio de 2016 para 10 de dezembro de 2015; e (ii) adição de uma nova data de remuneração das Debêntures, excepcionalmente, no dia 10 de dezembro de 2015, quando a Companhia efetuou o pagamento da remuneração. O resgate antecipado desta parcela foi realizado utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª emissão de Debêntures.

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

- b.4) Debêntures – 14ª Emissão – R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros		Amortização		Vencimento
		Semestrais	Anual	R\$		
14ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 60.000		Novembro de 2018
				R\$ 180.000		Novembro de 2019
				R\$ 180.000		Novembro de 2020
				R\$ 180.000		Novembro de 2021

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

- b.5) Debêntures – 15ª Emissão – R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros		Amortização		Vencimento
		Semestrais	Anual	R\$		
15ª Emissão	CDI + 1,24%			R\$ 250.000		Outubro de 2016
				R\$ 250.000		Outubro de 2017
				R\$ 250.000		Outubro de 2018

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A.

- b.6) Debêntures – 16ª Emissão – R\$ 350.000 em debêntures, ocorrida em 21 de julho de 2014, no mercado local, com vencimento em janeiro de 2016.

Em 29 de abril de 2015 foi celebrado o terceiro aditamento da escritura da 16ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) o prazo de vencimento para 558 dias contados da data da emissão; (ii) a remuneração das debêntures que passaram a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread a 1,60% a.a. desde a data de emissão até 17 de janeiro de 2015 (“primeira taxa”), de 1,35% a partir de 17 de janeiro de 2015 (“segunda taxa”) até 30 de abril de 2015, e de 2,40% a.a. (“terceira taxa”) a partir de 30 de abril de 2015 até a data do vencimento; e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, sendo que a remuneração apurada com base na segunda taxa foi paga em 30 de abril de 2015, no montante de R\$ 8.324, e a remuneração apurada com base na terceira taxa será paga no vencimento.

Adicionalmente, houve o pagamento de R\$ 2.337 para a obtenção do 3º aditamento. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que o valor pago está diretamente vinculado a estruturação do aditamento, dessa forma o custo referente à obtenção do aditamento foi diferido e será amortizado pelo prazo de realização desta emissão. Como consequência, a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 2,52% para 3,86% acima do CDI.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
16ª Emissão	CDI + 2,40%	No vencimento	R\$ 174.930	Janeiro de 2016

Em 27 de janeiro de 2016 foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 16ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) o prazo de vencimento para 738 dias contados da data da emissão, vencendo-se em 28 de julho de 2016; (ii) a remuneração das debêntures que passaram a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 3,00% a.a. (“quarta taxa”) a partir de 2 de fevereiro até 28 de julho de 2016; e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, sendo que a remuneração apurada com base na terceira taxa foi paga em 1º de fevereiro de 2016, no montante de R\$ 21.525, e a remuneração apurada com base na quarta taxa será paga no vencimento.

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para o reforço do capital de giro.

Em conformidade à escritura, a Companhia deverá aplicar a totalidade dos recursos oriundos do FINEM (item a.1) ao resgate antecipado obrigatório parcial ou total da 16ª emissão de

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures. A Companhia realizou os resgates antecipados obrigatórios parciais, de acordo com o recebimento das parcelas do FINEM, em abril, junho, julho, agosto, outubro e dezembro de 2015.

- b.7) RELUZ – Eletrobrás – financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a Companhia e a Eletrobrás e entre a Companhia e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto.

Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à Companhia, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo – SBC.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Companhia liquidou a última parcela deste financiamento em junho de 2015.

- b.8) FINAME – Banco Itaú – em maio de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

- b.9) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado já foi integralmente liberado.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020

Em 7 de abril de 2014, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 96.748 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos. O montante total aprovado será liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 29.397.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	TJLP + 5% (*)	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024

(*) A taxa contratual é de TJLP + 5% a.a, reduzidos pelo benefício de equalização, equivalente a 6% a.a. O benefício de equalização está relacionado à adimplência e ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos projetos, o que reduziu a taxa efetiva para 4% a.a. considerando a TJLP na data da assinatura do contrato, que era de 5%. Em outubro de 2015, a TJLP passou para 7,0% a.a. o que aumentou a taxa efetiva para 5% a.a. O excedente de 1,0% a.a. da diferença da TJLP e do benefício de equalização incide como atualização monetária sobre o saldo de principal.

Esses contratos de financiamentos obtidos junto à instituição FINEP possuem como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação e desenvolvimento. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desses financiamentos é qualificado como uma subvenção governamental.

b.10) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) – empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento	
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 30.000	Novembro de 2012
				R\$ 30.000	Novembro de 2013
				R\$ 60.000	Novembro de 2014
				R\$ 60.000	Novembro de 2015
				R\$ 120.000	Novembro de 2016 (*)
				R\$ 120.000	Novembro de 2017
				R\$ 120.000	Novembro de 2018
R\$ 60.000	Novembro de 2019				

(*) A Companhia, em dezembro de 2015, efetuou o resgate antecipado da parcela com vencimento em novembro de 2016, utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª Emissão de Debêntures.

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco S.A., os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

c) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2015, registrado pela Companhia era de R\$ 43.181 (R\$ 11.970 em 31 de dezembro de 2014) no passivo, e R\$ 40.688 (R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2014) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2014).

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	2015		Não auditado 2014	
	R\$	%	R\$	%
	Moeda nacional			
CDI	3.249.397	92,63	2.935.249	97,92
SELIC	85.620	2,44	-	-
TJLP	57.923	1,65	-	-
Taxa fixa	115.129	3,28	62.465	2,08
Total	3.508.069	100,00	2.997.714	100,00

13.4 Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2017	159.429	535.144	8.352	(11.490)	691.435
2018	160.876	712.264	6.467	(8.008)	871.599
2019	101.338	407.264	5.098	(3.562)	510.138
2020	36.649	367.264	4.070	(1.901)	406.082
após 2020	20.419	368.064	7.843	(948)	395.378
	478.711	2.390.000	31.830	(25.909)	2.874.632

13.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	2015	2014
	%	%
CDI (*)	14,14	11,57
SELIC (*)	14,15	11,65
TJLP (*)	7,00	5,00

(*) Índice do último dia do exercício.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda nacional Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31.12.2014 (Não auditado)	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 31.12.2015
FINAME	2.173	-	119	-	(1.528)	(125)	-	-	-	639
FINEP	47.996	-	2.557	106	(6.098)	(2.554)	-	-	2.478	44.485
RELUZ - Eletrobrás - SBC	440	-	6	-	(440)	(6)	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	474.867	-	67.159	-	(180.000)	(70.599)	-	5.448	-	296.875
FINEM - Subcrédito A	-	60.192	3.670	193	(2.461)	(3.431)	-	-	-	58.163
FINEM - Subcrédito B	-	60.192	1.610	4.990	(2.638)	(1.503)	-	-	-	62.651
FINEM - Subcrédito C	-	28.200	1.326	-	(1.266)	-	-	-	-	27.041
FINEM - Subcrédito E	-	22.560	385	1.584	(1.067)	(353)	-	-	-	23.109
Nota promissória - 2ª emissão	-	100.000	4.248	-	(100.000)	(4.248)	(2.179)	2.179	-	-
Arrendamento financeiro	11.970	33.676	5.414	-	(7.879)	-	-	-	-	43.181
Outros	275	-	3.304	-	-	(3.304)	-	-	-	275
Subtotal	537.721	304.820	89.798	6.873	(303.377)	(87.342)	(2.179)	7.627	2.478	556.419
Debêntures - 9ª emissão	252.557	-	30.971	-	(75.000)	(32.712)	-	3.551	-	179.367
Debêntures - 11ª emissão	201.586	-	29.280	-	-	(28.442)	-	798	-	203.222
Debêntures - 13ª emissão	358.228	-	47.624	-	(80.000)	(50.969)	-	2.583	-	277.466
Debêntures - 14ª emissão	595.627	-	86.319	-	-	(85.074)	-	1.540	-	598.412
Debêntures - 15ª emissão	756.541	-	105.797	-	-	(102.004)	-	4.637	-	764.971
Debêntures - 16ª emissão	369.632	-	36.253	-	(175.070)	(37.172)	(2.337)	2.348	-	193.654
Debêntures - 17ª emissão (1ª série)	-	100.000	6.691	-	(100.000)	(6.691)	(273)	273	-	-
Debêntures - 17ª emissão (2ª série)	-	90.000	12.792	-	-	(6.273)	(544)	240	-	96.215
Debêntures - 18ª emissão (1ª série)	-	200.000	15.000	-	-	(8.008)	(1.376)	95	-	205.711
Debêntures - 18ª emissão (2ª série)	-	200.000	13.191	-	-	(6.200)	(1.459)	91	-	205.623
Debêntures - 19ª emissão	-	320.000	2.881	-	-	-	(1.417)	18	-	321.482
Subtotal	2.534.171	910.000	386.799	-	(430.070)	(363.545)	(7.406)	16.174	-	3.046.123
Total	3.071.892	1.214.820	476.597	6.873	(733.447)	(450.887)	(9.585)	23.801	2.478	3.602.542

Moeda nacional Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31.12.2013 (Não auditado)	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Baixas	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 31.12.2014 (Não auditado)
FINAME	3.705	-	248	(1.527)	(253)	-	-	-	-	2.173
FINEP	32.085	29.397	1.820	(5.590)	(1.780)	-	-	-	(7.936)	47.996
RELUZ - Eletrobrás - SBC	1.321	-	60	(881)	(60)	-	-	-	-	440
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	530.760	-	64.849	(60.000)	(64.507)	-	-	3.765	-	474.867
Arrendamento financeiro	15.307	-	1.617	(4.034)	-	(920)	-	-	-	11.970
Notas promissórias - 1ª emissão	-	190.000	11.679	(190.000)	(11.679)	-	(470)	470	-	-
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	-	-	-	275
Subtotal	583.453	219.397	83.577	(262.032)	(81.583)	(920)	(470)	4.235	(7.936)	537.721
Debêntures - 9ª emissão	246.978	-	29.356	-	(27.483)	-	-	3.706	-	252.557
Debêntures - 11ª emissão	200.145	-	24.809	-	(24.107)	-	-	739	-	201.586
Debêntures - 13ª emissão	375.283	-	44.567	(20.000)	(43.785)	-	-	2.163	-	358.228
Debêntures - 14ª emissão	593.117	-	72.880	-	(71.801)	-	-	1.431	-	595.627
Debêntures - 15ª emissão	748.839	-	89.001	-	(85.647)	-	-	4.348	-	756.541
Debêntures - 16ª emissão	-	350.000	19.907	-	-	-	(1.712)	1.437	-	369.632
Subtotal	2.164.362	350.000	280.520	(20.000)	(252.823)	-	(1.712)	13.824	-	2.534.171
Total	2.747.815	569.397	364.097	(282.032)	(334.406)	(920)	(2.182)	18.059	(7.936)	3.071.892

13.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado^(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 3,47 vezes;
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,77 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2015 foram atendidos.

- (*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

14. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da Companhia. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final do exercício de 2015, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e passivos atuariais:

	Não auditado	
	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	9.770.083	10.078.792
Valor justo dos ativos do plano	(7.165.116)	(7.259.999)
Obrigação registrada	2.604.967	2.818.793

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	Não auditado	
	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	10.078.792	9.789.505
Custo dos serviços correntes	16.028	15.066
Custo dos juros	1.054.916	1.049.523
Benefícios pagos	(914.124)	(896.615)
Contribuições dos empregados	6.753	6.270
Perda (Ganho) atuarial	(472.282)	115.043
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.770.083	10.078.792

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	Não auditado	
	2015	2014
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.259.999	7.236.335
Contribuição do empregador	211.762	224.649
Contribuições dos empregados	6.753	6.270
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(157.327)	(92.712)
Rendimento esperado dos ativos do plano	758.053	782.072
Benefícios pagos	(914.124)	(896.615)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.165.116	7.259.999

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	Não auditado	
	2015	2014
Custo dos serviços correntes	16.028	15.066
Custo dos juros	1.054.916	1.049.523
Rendimento esperado dos ativos do plano	(758.053)	(782.072)
Total das despesas benefício definido	312.891	282.517
Capitalização para o intangível em curso	(1.524)	-
Outras contribuições - Contribuição definida	3.887	3.521
Total das despesas no exercício	315.254	286.038

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Não auditado	
	2015	2014
Saldo inicial	2.818.793	2.553.170
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	312.891	282.517
Pagamento de contribuições	(211.762)	(224.649)
Ajuste de avaliação atuarial	(314.955)	207.755
Saldo final	2.604.967	2.818.793

As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como segue:

	Não auditado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(1.548.012)	(1.340.257)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	992.042	(209.856)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(485.626)	(37.898)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica	(34.134)	132.711
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(157.327)	(92.712)
Saldo no final do exercício	(1.233.057)	(1.548.012)

A composição dos investimentos do plano por segmento é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2015	2014	
Renda fixa	82,82%	79,69%	até 100%
Renda variável	10,49%	14,97%	até 70%
Empréstimos a participantes	2,11%	1,72%	até 15%
Imóveis	4,22%	3,62%	até 8%
Investimentos estruturados	0,36%	0,00%	até 20%
Total	100,00%	100,00%	

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

	Não auditado		Não auditado
	2016	2015	2014
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	12,13% a.a	10,93% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a	6,59% a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	12,13% a.a	10,93% a.a.	11,19% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	Light frac	Tábua Mercer
Taxa de rotatividade esperada	N/A	EXPR 2012	0,30 / (tempo de serviço + 1)
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A	19,55	19,55

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa da despesa para o exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2016
Custo dos serviços correntes	12.793
Custo dos juros	1.128.057
Rendimento esperado dos ativos do plano	(821.401)
Total da despesa projetada para o exercício	319.449

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2016 é de R\$ 292.148.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 8,49 anos (9,33 anos em 31 de dezembro de 2014).

Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

1 ano	940.704
Entre 2 e 5 anos	4.087.873
Após 5 anos	5.783.100
Total de pagamentos esperados do plano	10.811.677

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 9.770.083, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado abaixo:

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	7.463	214.572	-	-	(191.112)	198.377
Total da obrigação de benefício definido	9.777.546	9.984.655	9.770.083	9.770.083	9.578.971	9.968.460

15.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>NÃO CIRCULANTE</u>	Não auditado	
	2015	2014
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa (i)	431.975	398.762
Confissão de dívida IIb (i)	224.223	206.982
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	3.643.695	2.825.149
Total do contrato	4.299.893	3.430.893
Diferença entre premissas (*)	(1.694.926)	(612.100)
Total registrado	2.604.967	2.818.793

(*) A parcela do déficit no montante de R\$ 1.694.926 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à Companhia.
- (ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Não auditado	
	2015	2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento	7.766	1.589
Férias	37.176	33.788
Programa de incentivo a aposentadoria	618	-
Participação nos lucros e resultados	39.399	37.931
Encargos sociais sobre férias e gratificações	14.459	12.853
Bônus	4.205	4.029
Total	103.623	90.190
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	969	720
Total	969	720

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisões para processos judiciais e outros

16.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	Não auditado		Não auditado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista (a)	247.899	251.747	215.777	228.822
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	13.492	15.864	3.639	3.180
Processos cíveis (c)	26.021	31.936	777	1.382
Processos regulatórios (d)	71.445	58.479	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	531	523	-	-
Processos fiscais (f)	65.198	71.385	27.464	28.873
Meio ambiente (g)	11.425	12.708	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (h)	20.231	-	23.119	-
Outros	30.127	24.973	-	-
Total	486.369	467.615	270.776	262.257
Circulante	166.929	168.108		
Não circulante	319.440	299.507		
Total	486.369	467.615		

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 443.126 (R\$ 445.283 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	Não auditado	
	2015	2014
Processos prováveis	270.776	262.257
Processos possíveis (*)	120.726	131.854
Processos remotos	51.624	51.172
Total	443.126	445.283

(*) O montante de R\$ 120.726, referente aos depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível, é composto em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Passivo						Saldo final 31.12.2015
	Saldo inicial 31.12.2014 (Não auditado)	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	
Trabalhista	251.747	94.109	17.874	(69.915)	(45.916)	-	247.899
Plano cruzado - reajuste de tarifa	15.864	807	2.372	(906)	(4.645)	-	13.492
Processos cíveis	31.936	25.457	5.198	(26.114)	(8.420)	(2.036)	26.021
Processos regulatórios	58.479	47.039	7.452	(35.353)	(6.172)	-	71.445
Processos administrativos - prefeituras	523	5	63	(29)	(31)	-	531
Processos fiscais	71.385	15.448	12.319	(23.063)	(10.891)	-	65.198
Meio ambiente	12.708	5.246	49	(8.614)	-	2.036	11.425
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-	26.208	418	-	(6.395)	-	20.231
Outros	24.973	5.503	412	(48)	(713)	-	30.127
Total	467.615	219.822	46.157	(164.042)	(83.183)	-	486.369
Circulante	168.108						166.929
Não circulante	299.507						319.440
Total	467.615						486.369

	Saldo inicial 31.12.2013 (Não auditado)	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2014 (Não auditado)
	Trabalhista	270.865	73.352	15.245	(61.592)	(46.123)
Plano cruzado - reajuste de tarifa	16.191	41	2.073	(881)	(1.560)	15.864
Processos cíveis	55.749	15.204	6.227	(44.888)	(356)	31.936
Processos regulatórios	54.294	7.373	6.091	(5.478)	(3.801)	58.479
Processos administrativos - prefeituras	472	-	51	-	-	523
Processos fiscais	60.489	11.304	4.447	(53)	(4.802)	71.385
Meio ambiente	25.024	9.477	-	(21.019)	(774)	12.708
Outros	23.796	1.177	-	-	-	24.973
Total geral	506.880	117.928	34.134	(133.911)	(57.416)	467.615
Circulante	191.472					168.108
Não circulante	315.408					299.507
Total geral	506.880					467.615

A movimentação dos processos judiciais e outros requerida pelo manual de contabilidade do setor elétrico é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31.12.2014 (não auditado)	251.747	31.936	71.385	12.708	58.479	41.360	467.615
Constituição	94.109	23.421	41.656	7.282	47.039	6.315	219.822
Baixas/ reversão	(45.916)	(8.420)	(17.286)	-	(6.172)	(5.389)	(83.183)
Pagamentos	(69.915)	(26.114)	(23.063)	(8.614)	(35.353)	(983)	(164.042)
Atualização	17.874	5.198	12.737	49	7.452	2.847	46.157
Saldos em 31.12.2015	247.899	26.021	85.429	11.425	71.445	44.150	486.369

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) **Trabalhista:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.369 processos (4.939 processos em 31 de dezembro de 2014) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2016 e 2020.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Plano cruzado – reajuste de tarifa: Referem-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 13.492 (R\$ 15.864 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- c) Processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2015, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 26.021 (R\$ 31.936 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 12.131 (R\$ 21.255 em 31 de dezembro de 2014).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 13.890 (R\$ 10.681 em 31 de dezembro de 2014).

- d) Processos regulatórios:
- d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. Em 9 de novembro de 2015, a ANEEL acolheu parcialmente os argumentos apresentados pela Companhia, que, conseqüentemente, reduziu a multa de R\$ 16.939 para R\$ 15.377. Em 19 de novembro de 2015, a penalidade foi liquidada no montante de R\$ 21.908, contemplando R\$ 15.377 de principal e R\$ 6.531 de atualização monetária do período. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aguarda o arquivamento do caso.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 20.699 (R\$ 18.259 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.3) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. Em 2 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso. Em 24 de agosto de 2015, foi dado provimento ao recurso interposto para reduzir as multas impostas pelo Auto de Infração, por infrações relacionadas à fiscalização da Base de Remuneração, para R\$ 98.854. O montante provisionado correspondia a R\$ 11.301 (R\$ 10.419 em 31 de dezembro de 2014) e, em 10 de setembro de 2015, foi efetuado o pagamento do valor incontroverso no montante de R\$ 8.939, sendo revertida integralmente a provisão constituída até a data. O montante restante está sendo discutido judicialmente (vide nota explicativa nº 16.2.28).
- d.4) A Companhia, como parte do seu processo de *compliance* e governança corporativa, bem como dos programas de auditoria interna, constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, principalmente em relação ao enquadramento dos expurgos caracterizados como “dia crítico”, havendo a necessidade de reprocessamento dos indicadores de continuidade e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador.

A Companhia já comunicou o fato formalmente à ANEEL e está trabalhando no reprocessamento dos indicadores operacionais de continuidade para o período citado, na apuração dos impactos econômicos e financeiros decorrentes desse reprocessamento, bem como nas ações para a devida compensação a todos os envolvidos.

Com base nos dados disponíveis até o momento, a Companhia estima que o impacto decorrente dessas inconsistências para o período mencionado anteriormente possa atingir R\$ 152.530. Portanto, para 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma provisão no mesmo montante, alocando os impactos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados com base na melhor estimativa, da seguinte forma:

- Fator Xq – Devolução tarifária: montante de R\$ 58.100, registrado como “Ativo financeiro setorial, líquido” em contrapartida, no resultado, a “Receita operacional líquida”;
- DIC/FIC/DMIC/DICRI: montante de R\$ 59.430, registrado como “Outras obrigações” em contrapartida, no resultado, a “Outros custos” no montante de R\$ 48.400 e a “Despesas financeiras” no montante de R\$ 11.030, relativo à atualização monetária do período abrangido;

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Termo de Ajuste de Conduta: montante de R\$ 35.000, registrado como “Processos judiciais e outros” em contrapartida, no resultado, a “Provisão para processos judiciais e outros, líquida”.

As tratativas com a ANEEL acerca da melhor forma de devolução são esperadas ao longo de 2016. O Termo de Ajuste de Conduta é um instrumento que obriga a Companhia a executar ações para a correção das não conformidades apuradas e a investir em obras de melhoria da qualidade do serviço, a ser percebido pelos seus consumidores.

- d.5) A Companhia está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 15.746 (R\$ 6.634 em 31 de dezembro de 2014). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

- e) Processos Administrativos – prefeituras: Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia mantém provisão de R\$ 531 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.
- f) Processos fiscais: Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre ILL, autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. Com relação ao ILL, em decorrência da adesão ao Programa de Parcelamento REFIS, foi requerido o levantamento de 45% dos juros contidos no respectivo depósito judicial e, em setembro de 2015, foi expedido alvará de levantamento em favor da Companhia no valor de R\$ 5.995, sendo o restante dos valores depositados convertidos em renda da União. Em novembro de 2015, este processo foi definitivamente encerrado e remetido ao arquivo. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2015 montam R\$ 65.198 (R\$ 71.385 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS (instituído pela Lei nº 11.941/2009 e reaberto através da Lei nº 13.043/2014), com o intuito de utilizar-se dos benefícios de redução dos débitos instituídos pela legislação. Nesta oportunidade, foi requerida a desistência do processo judicial para possibilitar a inclusão no REFIS do débito de ILL (Imposto sobre o Lucro Líquido) constituído em março de 2000, o qual correspondia a provisão no valor de R\$ 25.444 em setembro de 2015.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo um resumo das movimentações ocorridas com a adesão:

	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro
Depósito judicial	25.444	-	-
Provisão ILL - Principal	-	6.317	-
Provisão ILL - Juros	-	19.127	-
Adesão ao Refis (45% dos juros)	-	(5.995)	5.995
Pagamento ILL (Levantamento depósito judicial - União)	(19.449)	(19.449)	-
Pagamento ILL (Levantamento depósito judicial - Companhia)	(5.995)	-	-
Impacto total	-	-	5.995

- g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2015, tais demandas respondem pela provisão R\$ 11.425 (R\$ 12.708 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia estima que os atuais processos serão concluídos até 2017. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:
- g.1) Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que foi concluída em 2015. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Atualmente, a Companhia realiza o monitoramento da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB.
- g.2) Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A Companhia iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área, sendo finalizadas no segundo trimestre de 2015. A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB. Será necessário o reaterro da área para nivelamento, que deverá ser executado em 2016.
- g.3) Estações Transformadoras de Distribuição: A Companhia iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento acontecerão em 2016.

g.4) Represa Guarapiranga

Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença.

Após determinação do juízo, a Companhia esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a EMAE, na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a Companhia informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela Companhia, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura (“doação com encargos ao Estado”). Considerando isto, foram iniciadas tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 2.885.

- h) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 20.231, e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 23.119. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		2015	2014
(16.2.1)	Eletróbrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.787.659	1.554.811
(16.2.2)	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(16.2.3)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(16.2.4)	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(16.2.5)	Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.444	55.408
(16.2.6)	Ação Popular - Maruzan Conrado	34.341	28.648
(16.2.7)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(16.2.8)	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(16.2.9)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(16.2.10)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	16.392	11.462
(16.2.11)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(16.2.12)	Recolhimento do FGTS	85.205	112.902
(16.2.13)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	40.373	39.722
(16.2.14)	NFLDs - Execuções Fiscais	32.408	31.384
(16.2.15)	CSLL - Base Negativa	130.463	123.045
(16.2.16)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	108.122	88.300
(16.2.17)	PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
(16.2.18)	PIS - Estatuto da Decadência	221.294	214.146
(16.2.19)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.798	3.009
(16.2.20)	Finsocial	185.021	171.744
(16.2.21)	COFINS - Anistia	149.061	144.802
(16.2.22)	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	68.616	51.894
(16.2.23)	COFINS - Multa de Ofício	58.988	221.631
(16.2.24)	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	126.582	116.031
(16.2.25)	Devolução tarifária - Base Blindada	635.516	489.277
(16.2.26)	Auto de Infração nº 1014/2015	155.626	-
(16.2.27)	Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	15.025	-
(16.2.28)	Auto de Infração - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	124.835	-
(16.2.29)	Auto de Infração nº 0014/2015	31.522	-
(16.2.30)	Termo de Notificação nº 0005/2015	45.729	-

16.2.1) Eletrobrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor estimado de R\$ 1.787.659 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.554.811 em 31 de dezembro de 2014), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável, a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressalvando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Liminar”), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela Companhia.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da Companhia, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

O processo foi retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela Companhia em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como sua proposta de honorários (os quais deverão ser depositados pela Eletrobrás). Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juiz ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos. O início dos trabalhos do perito ocorreu em fevereiro de 2015.

Em 17 de setembro de 2015 foi divulgado laudo pericial contábil, que, apesar de reconhecer as premissas técnicas defendidas pela Companhia, emite opinião no sentido de que a responsabilidade pelo pagamento da diferença de correção do saldo do empréstimo teria ficado com a Companhia. Em relação ao laudo, a Companhia apresentou em 30 de setembro de 2015 seu parecer técnico, bem como submeteu novos questionamentos ao perito judicial. O juiz decidirá se o perito deverá responder os quesitos suplementares da Companhia. Na hipótese do juiz determinar que o perito responda aos questionamentos suplementares, este tem a prerrogativa de alterar a conclusão do laudo anterior. Após essa etapa, o juiz, a seu critério, poderá designar audiência para questionamento de testemunhas, do próprio perito e dos respectivos assistentes técnicos das partes. Após a produção de todas as provas, o juiz deverá proferir decisão de mérito declarando a parte responsável pelo pagamento da dívida.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

O escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.787.659, atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.554.811 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.2) Enquadramento de consumidores – ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

16.2.3) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

16.2.4) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

16.2.5) Autuações PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 63.444 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 55.408 em 31 de dezembro de 2014).

AI nº 015/TN170:

Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 15.327 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 13.386 em 31 de dezembro de 2014).

AI 027/TN0336/1:

Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cancelando a multa imposta pela ANEEL. Contra a decisão favorável à Companhia, a ANEEL apresentou recurso no TRF1 endereçado ao STJ. Aguarda-se julgamento de admissibilidade do recurso no TRF1. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 48.117 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 42.022 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.6) Ação popular – Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento de dívida entre a Companhia e a Prefeitura de Taboão da Serra, em 2004. A sentença de improcedência foi submetida ao reexame necessário e no dia 2 de dezembro de 2015 foi realizada sessão de julgamento na qual restou mantida a sentença favorável à Companhia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 34.341 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$28.648 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.7) Ecovias – uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

16.2.8) Ação civil pública – City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Em 29 de julho de 2014, o Ministério Público Federal apresentou no STF o seu parecer opinando pelo provimento do recurso da Companhia, já que os campos eletromagnéticos gerados pelas linhas de transmissão estão em conformidade com a legislação brasileira e com os limites internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (que adota diretrizes da ICNIRP).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aguarda-se o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

16.2.9) Ação civil pública – ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. Após o deferimento de medida liminar determinando a paralisação das obras, a Companhia, por meio de recurso, obteve decisão determinando a continuidade das obras, o que, em dezembro de 2015, foi mantido em decisão transitada em julgado que negou seguimento ao Recurso Especial que seria julgado pelo STJ, tornando definitiva a ordem judicial que confere a possibilidade de construir a mencionada ETD. No mérito, a ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que também foram rejeitados. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Sociedade. Diante da confirmação do indeferimento da liminar requerida pela Sociedade Amigos da Cidade Jardim, o prognóstico da ação foi alterado para remoto.

16.2.10) Ação civil pública – suspensão no fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os municípios de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da Companhia, e negando provimento ao recurso do Autor. A Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 16.392, atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 11.462 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.11) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) relativos a débitos de terceiros, o qual aguarda julgamento.

Com relação ao cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial, em 9 setembro de 2014, foi proferida decisão dando por encerrada a execução provisória requerida pelo Ministério Público federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's. Em 15 de junho de 2015, os Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução provisória da sentença (identificação, pela Companhia, dos TCD's declarados nulos) e incabível a multa diária de R\$ 10, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. De acordo com o levantamento concluído na execução provisória, foram identificados 3.211 TCDs, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade débitos de terceiros, no montante total de R\$ 6.430. Em 11 de setembro de 2015 a Sexta Turma do TRF- 3ª Região negou provimento a apelação da Companhia e da ANEEL e deu provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros. Em 29 de setembro de 2015 a Companhia apresentou Embargos de Declaração ao TRF 3ª Região, e após seu julgamento, irá apresentar recurso ao Superior Tribunal de Justiça. O escritório responsável mantém como possível a possibilidade de perda para o caso.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

16.2.12) Recolhimentos do FGTS – fundo de garantia por tempo de serviço

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 85.205 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 112.902 em 31 de dezembro de 2014). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido (cancelamento parcial do débito em R\$ 15.458). Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.13) PASEP – suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a Companhia ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP relativos ao período de janeiro de 1985 a junho de 1988, no valor de R\$ 40.373 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 39.722 em 31 de dezembro de 2014), o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. A cobrança tem fundamento no fato de que com a instituição do Decreto-Lei nº 2052/1983, a Companhia teria passado a se enquadrar e subordinar às normas aplicáveis ao PASEP e não ao PIS. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a Companhia apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

16.2.14) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) – execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLD's) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia, que totalizam o montante de R\$ 32.408 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 31.384 em 31 de dezembro de 2014). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância.

16.2.15) CSLL – base negativa

Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A Companhia insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 130.463 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 123.045 em 31 de dezembro de 2014). Em março de 2007, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em setembro de 2015, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela União Federal. Em outubro de 2015, a União Federal opôs Embargos de Declaração, os quais se encontram pendentes de julgamento. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à Companhia. Em dezembro de 2014, foi mantida a decisão parcialmente favorável que cancelou a cobrança da multa isolada (R\$ 22.328 em valores históricos), mantendo a autuação com relação ao principal, multa de ofício e SELIC (R\$ 65.122 – em valores históricos). Como não há mais a possibilidade de recurso administrativo, a parte desfavorável da autuação permanece em discussão na ação ordinária, cujo prognóstico permanece inalterado.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.16) Execuções fiscais municipais – diversas

A Companhia possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 108.122 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 88.300 em 31 de dezembro de 2014). A maior parte deste montante (R\$ 86.786) refere-se a sete Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

16.2.17) PIS – Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a Companhia ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a Companhia obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da Companhia cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 49.394. O montante não sofre atualização pois refere-se somente à multa de mora de 20%, aplicada sobre os débitos compensados de PIS.

16.2.18) PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 221.294 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 214.146 em 31 de dezembro de 2014) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instância. Em maio de 2015 foram opostos embargos de declaração, os quais não foram providos. Em setembro de 2015, a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, os quais se encontram pendentes de julgamento.

16.2.19) Ação Civil Pública – restabelecimento de energia elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em 1ª instância, condenando a Companhia ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A Companhia e a ANEEL apresentaram recurso de apelação a fim de afastar a condenação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 3.798, atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.009 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.20) FINSOCIAL

Em julho de 2012 a Companhia foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 185.021 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 171.744 em 31 de dezembro de 2014). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

16.2.21) COFINS – anistia

Ação Judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 149.061 atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 144.802 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.22) Ações Anulatórias – multas de trânsito

A Companhia é atualmente autora de 16 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 68.616 (R\$ 51.894 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.23) COFINS – Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota explicativa nº 16.2.21) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. A Companhia obteve decisão desfavorável em 1ª instância e parcialmente desfavorável em 2ª instância administrativa. Em janeiro de 2015 a

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia foi intimada de decisão que negou seguimento ao recurso especial ao CARF. Assim, tornou-se definitiva a decisão que reduziu a multa de ofício de 100% para 75%, bem como excluiu a incidência da SELIC sobre tais valores. Como não há mais a possibilidade de recurso, o débito foi reduzido de R\$ 221.631 para R\$ 58.988. Em abril de 2015 foi ajuizada ação cautelar preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito e a consequente suspensão da exigibilidade. O mérito do processo será discutido nos autos da futura execução fiscal a ser proposta pela Receita Federal. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 58.988 (R\$ 221.631 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.24) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 126.582 (R\$ 116.031 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.25) Devolução tarifária – Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A Companhia apresentou manifestação e, em 17 de dezembro de 2013, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”).

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de 2014, foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia junto à ANEEL.

Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da Companhia sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 – “Processo Específico”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014.

Na mesma data, a Companhia ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.

Ainda, em 3 de julho de 2014, a Companhia requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela Companhia no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela Companhia em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.

Em 18 de julho de 2014, a Companhia interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da Companhia, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a Companhia propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia interpôs recurso de Agravo de Instrumento (“Agravo”) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”). Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à Companhia, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.

Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo Desembargador relator do Agravo no TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL ajuizou perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) visando suspender a liminar em vigor, deferida pelo TRF1.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p.

Em 16 de janeiro de 2015, o Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça indeferiu a liminar pleiteada pela ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso contra a decisão do Presidente do STJ.

Em 13 de fevereiro de 2015, a Companhia apresentou suas contrarrazões.

Em 20 de maio de 2015, o STJ rejeitou o recurso interposto pela ANEEL que visava revogar a liminar em favor da Companhia.

A Companhia, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado da devolução tarifária em discussão é de R\$ 721.833.

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.844, de 5 de janeiro de 2015, foi mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%. O montante de R\$ 162.772, anteriormente restituído aos consumidores, foi revertido à Companhia por meio da Revisão Tarifária de 2015 (vide nota explicativa nº 31.4 (b.4)). Considerando a atualização pela variação do IGP-M no período, foi revertido o montante de R\$ 172.634, que está sendo recebido via faturamento no ciclo tarifário atual.

Desta forma, considerando o valor já restituído e ainda não recebido pela Companhia, o valor em discussão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 635.516 (R\$ 489.277 em 31 de dezembro de 2014).

16.2.26) Auto de Infração nº 1014/2015

Em 8 de janeiro de 2015 a Companhia recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”), através do qual a ANEEL alega que a Companhia teria descumprido o item 6.3.22 – Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores.

O referido TN determinou, ainda, que a Companhia procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora (vide nota explicativa nº 16.2.25).

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a Companhia, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- a. A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como “possível”;
- b. Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da Companhia quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;
- c. Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

Em 5 de maio de 2015 a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 1014/2015-SFF emitido pela ANEEL no montante de R\$ 155.626, em função de seu entendimento de que a Companhia descumpriu o Termo de Notificação supracitado.

A Administração da Companhia mantém seu entendimento de que seguiu as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, e, portanto, tomará todas as medidas cabíveis nas esferas administrativas e judiciais, se necessário, buscando o cancelamento do referido Auto de Infração.

Tendo em vista a avaliação de seus advogados quanto às chances de perda na discussão do Auto de Infração ser possível, nenhuma provisão foi constituída.

16.2.27) Auto de Infração – Multa de ofício sobre compensações não homologadas

Em 23 de março de 2015, a Companhia foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal do Brasil visa a cobrança de R\$ 15.025, atualizado até 31 de dezembro de 2015, relativos à multa isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto de declarações de compensação não homologadas, com fundamento no artigo 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996. Tais compensações foram realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na Ação Judicial mencionada na nota explicativa nº 16.2.20. Em abril de 2015, foi apresentada manifestação de inconformidade a qual se encontra pendente de julgamento.

16.2.28) Auto de Infração – Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória

A Companhia propôs ação judicial contra a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica visando anular as Não Conformidades N.13, N.20 e N.28, constantes no Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012. O valor total das penalidades relacionadas às referidas não conformidades é de R\$ 91.931 As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 124.835.

16.2.29) Auto de Infração nº 0014/2015

A Companhia recebeu, em 22 de setembro de 2015, o Auto de Infração nº 0014/2015- ARSESP-SFE – TN 0012/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dado e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 35.887. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 5 de outubro de 2015. Em 5 de fevereiro de 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor da penalidade, reduzida para R\$ 31.522. A Companhia aguarda julgamento do recurso pela ANEEL.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2.30) Termo de Notificação nº 0005/2015

A Companhia recebeu, em 12 de fevereiro de 2015, o Termo de Notificação 0005/2015-SFE-ARSESP, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013 (avaliação do processo de coleta de dado e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices). A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o TN em 10 de abril de 2015. A Companhia recebeu em 8 de janeiro de 2016 o Auto de Infração nº 001/2016 no montante de R\$ 45.729, manifestando-se tempestivamente sobre o mesmo em 27 de janeiro de 2016. A Companhia aguarda pela análise do recurso apresentado.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	40	1.621.867	0,35% a 2,75%
Cível	34	271.249	0,35% a 6,33%
Trabalhista	53	104.303	0,35% a 2,75%

17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são constituídos por encargos tarifários e do consumidor a recolher e pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, conforme demonstrados abaixo:

17.1 Encargos tarifários e do consumidor a recolher:

	Não auditado	
	2015	2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	482.102	60.150
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ii)	208.341	-
Outros encargos	61	102
Total	690.504	60.252

- (i) De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, foram definidas novas quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE devidas pelas concessionárias de distribuição de energia para o ano de 2015.
- (ii) Do total de R\$ 208.341, o montante de R\$ 1.978 refere-se à competência de novembro de 2015, liquidado no dia 8 de janeiro de 2016. O saldo remanescente de R\$ 206.363 refere-se ao montante faturado e não faturado da competência de dezembro de 2015. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 22.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:

	2015	Não auditado 2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	22.318	26.142
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	3.706	1.531
Ministério de Minas e Energia	1.853	765
Eficiência energética	29.763	11.841
Total	57.640	40.279
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	32.295	15.690
Eficiência energética	-	41
Total	32.295	15.731
Total do circulante + não circulante	89.935	56.010

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	Ministério de Minas e Energia	Eficiência energética	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)	42.213	1.413	706	12.305	56.637
Provisões	18.611	18.611	9.305	46.489	93.016
Pagamentos	-	(18.493)	(9.246)	-	(27.739)
Aplicações	(23.280)	-	-	(47.569)	(70.849)
Atualização monetária	4.288	-	-	657	4.945
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	41.832	1.531	765	11.882	56.010
Provisões	25.725	25.725	12.862	64.311	128.623
Pagamentos	-	(23.550)	(11.774)	-	(35.324)
Aplicações	(18.409)	-	-	(47.510)	(65.919)
Atualização monetária	5.465	-	-	1.080	6.545
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.613	3.706	1.853	29.763	89.935

18. Outros passivos circulantes e não circulantes

	2015	Não auditado 2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	44.433	41.280
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	2.477	28.881
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	73.245	65.200
Empréstimo compulsório Eletrobrás	1.330	966
Recebimento em duplicidade de clientes	17.796	17.724
Programa Baixa Renda	3.833	3.834
Subsídios Eletrobrás - Diferença de repasse	-	3.170
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.198	1.327
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	17.089	11.824
Credores diversos	16.419	11.747
Ajuste de Faturas - Consumidores	22.064	20.298
Bônus Itaipu	3.628	3.634
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	59.430	-
Outras	8.527	20.995
Total	271.469	230.880
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Adiantamento relacionado a venda de bens	2.940	2.940
Outras	5.379	8.102
Total	8.319	11.042

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reenquadramento de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante de R\$ 2.477 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a Companhia um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6).

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve emissão ou resgate de ações.

19.2 Composição acionária

	2015		Não auditado 2014	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
BNDESPar	1	-	1	-
União Federal	13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
Outros	1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
Total das ações	66.604.817	100,00	66.604.817	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
BNDESPar	568.976	0,56	568.976	0,56
Companhia Brasileira de Energia	-	-	7.434.410	7,38
Brasileira Participações S.A.	7.434.410	7,38	-	-
Outros	92.735.684	92,06	92.735.684	92,06
Total das ações	100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

Em 26 de outubro de 2015, os acionistas da Companhia Brasileira de Energia aprovaram a sua cisão parcial que, após a verificação de todas as condições suspensivas para cisão em 31 de dezembro de 2015, resultou na transferência das ações de emissão da Companhia para a Brasileira Participações S.A., uma sociedade anônima cujo capital é detido pela AES Holdings Brasil e pela BNDESPAR, na mesma proporção que detinham do capital da Companhia Brasileira de Energia.

19.3 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 1.035.118 (R\$ 341.370 em 31 de dezembro de 2014).

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 813.817 (R\$ 1.021.687 em 31 de dezembro de 2014), líquido de imposto de renda e contribuição social.

19.4 Composição das reservas de lucros

Reservas de lucros	Não auditado	
	2015	2014
Reserva legal	244.265	235.573
Reserva estatutária	1.007.043	880.788
Total	1.251.308	1.116.361

20. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

A destinação do resultado é realizada com base no lucro (prejuízo) apurado pela demonstração contábil societária. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2015 e 2014 baseada no resultado societário.

	Não auditado	
	2015	2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	101.136	(131.747)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	72.705	96.086
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	3.191	6.218
Constituição de reserva legal	(8.692)	-
Constituição de reserva estatutária	(126.255)	-
Absorção do prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	-	29.443
Subtotal	42.085	-
Dividendo mínimo obrigatório	(42.085)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

	Não auditado		
	Ação	2015	2014
Tipo	R\$ / Ação	R\$ / Ação	
Dividendo mínimo obrigatório	ON	0,2372	-
	PN	0,2609	-

21. Resultado por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Numerador:	Não auditado	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	28.976	277.684
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	100.739	100.739
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	110.813	110.813
Denominador ajustado		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	167.344	167.344
Denominador para resultado básico e diluído por ação ajustado	177.418	177.418
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,16332	1,56514
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,17965	1,72166

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas

Exercício:	Ordinárias	Preferenciais	Total
2015	10.878	18.098	28.976
2014 (não auditado)	104.246	173.438	277.684

No caso de emissão de ações em favor de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, decorrente do plano de pagamento baseado em ações, este evento não ocasionaria efeito dilutivo significativo na Companhia, uma vez que o valor é imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os exercícios apresentados.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional

22.1 A receita operacional bruta, requerida pelo manual de contabilidade do setor elétrico é como segue:

	Não auditado		Não auditado		Não auditado	
	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado:						
Residencial	6.390.034	6.328.583	15.567.348	16.486.199	8.977.060	5.546.498
Industrial	26.877	26.472	4.766.148	5.280.773	2.428.827	1.571.084
Comercial	414.677	366.688	13.024.820	13.133.599	6.787.321	4.163.396
Rural	453	396	28.987	30.304	4.422	3.167
Poder público	16.143	16.034	1.315.549	1.329.465	626.601	375.369
Iluminação pública	2.555	1.890	850.999	881.043	288.229	169.765
Serviço público	1.406	1.397	625.267	685.233	277.982	172.056
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	1	2
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(7.279.986)	(4.272.880)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	3.120.484	1.167.477	812.325	831.792
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado:						
Consumidores Cativos	-	-	-	-	7.279.986	4.272.880
Consumidores Livres	545	554	8.057.733	8.588.685	864.492	422.163
(-) Transferências						
(-) Transf. p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(2.646)	(23.963)
(-) Transf. p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(5.086)	(56.651)
Fornecimento/Rede Elétrica - Não Faturado					305.940	79.366
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	2.539.750	792.431
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(58.100)	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(372.939)	93.055
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	12.497	15.392
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	221.824	199.576
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	-	-	(66.006)	71.812
	-	-	-	-	117.728	114.647
Total	6.852.690	6.742.014	47.357.335	47.582.778	23.760.222	14.540.957

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Receita operacional líquida:

	2015			Não auditado		
	2014					
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.390.034	15.567.348	8.977.060	6.328.583	16.486.199	5.546.498
Industrial	26.877	4.766.148	2.428.827	26.472	5.280.773	1.571.084
Comercial	414.677	13.024.820	6.787.321	366.688	13.133.599	4.163.396
Rural	453	28.987	4.422	396	30.304	3.167
Poder público:						
Federal	1.346	182.903	87.118	1.409	185.418	57.558
Estadual	4.445	685.722	326.612	4.352	687.886	163.899
Municipal	10.352	446.924	212.871	10.273	456.161	153.912
Iluminação pública	2.555	850.999	288.229	1.890	881.043	169.765
Serviço público	1.406	625.267	277.982	1.397	685.233	172.056
Encargo de capacidade emergencial	-	-	1	-	-	2
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(7.279.986)	-	-	(4.272.880)
Subtotal - fornecimento	6.852.145	36.179.118	12.110.457	6.741.460	37.826.616	7.728.457
Outras						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	(66.006)	-	-	71.812
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(2.381)	-	-	(21.331)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(4.240)	-	-	(43.552)
Não faturado	-	-	305.940	-	-	79.366
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	545	8.057.733	864.492	554	8.588.685	422.163
Transferência para atividades de distribuição	-	-	7.279.986	-	-	4.272.880
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	(265)	-	-	(2.632)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD	-	-	(846)	-	-	(13.099)
Energia no curto prazo (**)	-	3.120.484	812.325	-	1.167.477	831.792
Subvenção de recursos da CDE (**)	-	-	221.824	-	-	199.576
Ativos e passivos financeiros setoriais - nota explicativa nº 32	-	-	2.166.811	-	-	885.486
Fator Xq - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	-	-	(58.100)	-	-	-
Outras receitas	-	-	130.225	-	-	130.039
Receita operacional bruta	6.852.690	47.357.335	23.760.222	6.742.014	47.582.778	14.540.957
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(1)	-	-	(2)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(128.623)	-	-	(93.016)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(3.169.660)	-	-	(222.666)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(46.257)	-	-	(32.743)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(1.694.062)	-	-	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(15.149)	-	-	(15.900)
ICMS	-	-	(3.873.654)	-	-	(2.422.318)
COFINS - corrente	-	-	(1.619.533)	-	-	(970.083)
PIS - corrente	-	-	(350.674)	-	-	(210.610)
ISS	-	-	(270)	-	-	(255)
Deduções da receita bruta	-	-	(10.897.883)	-	-	(3.967.593)
Receita operacional líquida	6.852.690	47.357.335	12.862.339	6.742.014	47.582.778	10.573.364

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” – nota explicativa nº 8.

(**) A Companhia reconheceu a receita de venda de energia no mercado de curto prazo durante todo o ano de 2015. Os saldos a receber decorrente desta venda estão registrados na nota explicativa nº 5 e são liquidados financeiramente no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente. A partir de 1º de setembro de 2015, foram alterados os valores adicionados pela vigência da bandeira vermelha, passando a ser de R\$ 45,00/MWh.

A bandeira tarifária vermelha foi vigente durante todo o ano de 2015, quando a Companhia registrou os seguintes montantes:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia
Janeiro/2015	43.820	-	(21.753)	-	22.067
Fevereiro/2015	91.744	-	(37.674)	-	54.070
Março/2015	122.508	-	(29.885)	-	92.623
Abril/2015	170.548	-	(33.786)	-	136.762
Maió/2015	165.688	-	(118.027)	-	47.661
Junho/2015	153.506	-	(37.597)	-	115.909
Julho/2015	159.906	-	(27.717)	-	132.189
Agosto/2015	162.308	-	(27.049)	-	135.259
Setembro/2015	145.333	-	(20.464)	-	124.869
Outubro/2015	137.301	-	-	33.304	170.605
Novembro/2015	135.038	-	(1.977)	-	133.061
Dezembro/2015 (*)	137.050	69.312	-	-	-
Total	1.624.750	69.312	(355.929)	33.304	1.165.075

(*) Para a competência de dezembro, a Companhia não efetuou estimativa dos custos a serem cobertos pela CCRBT por não possuir histórico de repasses.

Para as competências de janeiro a março, o custo descoberto acumulado das bandeiras tarifárias foi de R\$ 13.870, já considerando o montante de R\$ 127.349 homologado na Revisão Tarifária de 2015. Na competência de agosto, os custos descobertos acumulados no exercício de 2015 foram zerados pelas bandeiras tarifárias.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Competência	Custo total	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias	Saldo coberto na Revisão Tarifária	Saldo a ser coberto pelas Bandeiras
Janeiro a Março/2015	(309.979)	168.760	127.349	(13.870)
Abril/2015	(140.177)	136.762	-	(3.415)
Maió/2015	(65.842)	47.661	-	(18.181)
Junho/2015	(182.053)	115.909	-	(66.144)
Julho/2015	(96.082)	132.189	-	36.107
Agosto/2015	(69.756)	135.259	-	65.503
Setembro/2015	(124.869)	124.869	-	-
Outubro/2015	(103.249)	170.605	-	67.356
Novembro/2015	(118.732)	133.061	-	14.329
Total	(1.210.739)	1.165.075	127.349	81.685

Para as competências de outubro e novembro de 2015, a Companhia reteve os superávits da CCRBT no montante de R\$ 81.685. Este montante deverá ser devolvido no processo tarifário subsequente ou será considerado para apurar o déficit em meses deficitários. Este superávit retido pela Companhia refere-se principalmente à cobertura de ESS e está contabilizado como dedução do “ativo financeiro setorial, líquido” – nota explicativa nº 32.

Caso ocorram custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual, estes serão zerados após seu reconhecimento no processo de reajuste tarifário subsequente.

23. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		Não auditado	
	2015	2014	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	9.250.312	9.586.846	(2.595.389)	(1.278.850)
ANGRA 1 e 2	1.674.856	1.668.105	(273.260)	(252.867)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 29	11.107.680	11.107.680	(2.355.172)	(2.233.613)
Contrato bilateral - outros	-	-	-	(66)
Compra - CCEE	-	1.848.933	-	(1.301.525)
Compra - CCEAR	13.030.549	11.526.803	(3.183.081)	(3.426.326)
Quotas de garantia física	8.739.931	8.369.220	(239.757)	(213.831)
Risco hidrológico	-	-	(842.075)	(601.795)
(-) Repasse CDE - Custo de energia	-	-	-	111.146
(-) Repasse CONTA-ACR - Custo de energia	-	-	-	1.185.748
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	83.327	184.273
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	-	4.752
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	881.259	610.798
Subtotal	43.803.328	44.107.587	(8.524.148)	(7.212.156)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	942.911	969.043	(236.801)	(271.673)
Total	44.746.239	45.076.630	(8.760.949)	(7.483.829)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da rede básica			(627.898)	(556.806)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER			(609.979)	(242.263)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo			-	91.551
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)			116.575	373.034
Transporte de energia - Furnas/Itaipu			(46.617)	(34.584)
Operador Nacional do Sistema - ONS			(24.441)	(23.787)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD			(6.448)	(7.587)
Conexão a Rede Básica - CTEEP			(36.729)	(32.015)
(-) Créditos de PIS/COFINS			112.026	36.374
Total			(1.123.511)	(396.083)

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEÓLICA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

Em 31 de dezembro de 2015, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 3. Desta forma a Companhia reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

24. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme demonstrado a seguir:

	2015		Não auditado 2014	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
	Compra	-	-	1.848.933
	-	-	1.848.933	(1.301.525)

	2015		Não auditado 2014	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
	Venda	2.229.685	653.181	692.274
Venda estimada (*)	890.799	159.144	475.203	327.952
	3.120.484	812.325	1.167.477	831.792

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Referente ao período de outubro a dezembro de 2015 (exercício de 2014: meses de novembro e dezembro). Os montantes de receitas faturados pela Companhia que tiveram excedente de energia foram comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações contábeis a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de outubro a dezembro de 2015, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

25. Pessoal e administradores

	2015	Não auditado 2014
<u>Pessoal:</u>		
Remuneração	(312.644)	(262.735)
Encargos	(121.968)	(153.315)
Programa de demissão voluntária	(2.167)	(1.817)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(71.829)	(81.300)
Assistência médica e odontológica	(73.330)	(67.123)
Auxílio alimentação e refeição	(64.164)	(69.656)
Educação e treinamento	(4.403)	(3.616)
Outros benefícios - Corrente	(14.972)	(13.417)
Outros	(77)	(267)
<u>Administradores:</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(5.449)	(5.197)
Total	(671.003)	(658.443)

26. Outros custos

	2015	Não auditado 2014
Tarifa bancária	(46.966)	(43.644)
Publicidade	(2.675)	(6.922)
Responsabilidade social	(3.249)	(3.707)
Perdas na desativação de bens e direitos	(1.723)	-
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(14.928)	(20.952)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(9.799)	(9.235)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(77.439)	(18.245)
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	(48.400)	-
Penalidades - devoluções a consumidores	(4.471)	-
Outros	(24.601)	(16.763)
Total	(234.251)	(119.468)

- (*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

27. Resultado financeiro

	2015	Não auditado 2014
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	68.487	75.594
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	106.237	65.936
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	88.516	50.608
Multas contratuais	6.243	5.197
Subvenções governamentais	2.478	1.853
Atualização de créditos tributários	624	981
Atualização monetária dos depósitos judiciais	35.019	31.352
Receita financeira da alienação de imóvel	186	15.018
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	126.758	30.430
REFIS - Imposto de Renda - nota explicativa nº 16.1 (f)	5.994	-
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária - nota explicativa nº 5	19.797	-
Outras receitas financeiras	9.204	26.872
Subtotal	469.543	303.841
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	(509.180)	(380.176)
Subvenções governamentais	(2.478)	(1.853)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética - nota explicativa nº 17	(6.545)	(4.945)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	11.907	3.621
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(619)	(3.681)
Postergação de pagamento - Contrato bilateral AES Tietê - nota explicativa nº 29	(12.256)	-
Cartas de fiança e seguros garantia	(38.107)	(22.705)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(41.813)	(38.600)
Atualização monetária - Energia livre	(9.783)	(7.252)
Atualização monetária de tributos	(18.592)	(1.727)
Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	(11.030)	-
Outras despesas financeiras	(24.551)	(29.319)
Subtotal	(663.047)	(486.637)
<u>Variações cambiais, líquidas</u>		
Itaipu	(121.723)	(26.018)
Outras variações cambiais	1.322	347
Subtotal	(120.401)	(25.671)
Total do resultado financeiro	(313.905)	(208.467)

(*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 16% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (13% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, de acordo com o requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, está demonstrada a seguir:

<u>Legislação societária</u>	<u>Não auditado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	158.973	(196.375)
Adições (exclusões):		
Doações	3.408	3.741
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.705	3.034
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(7.731)	(9.807)
Perdas de capital - baixa de imobilizado	27.381	17.990
Multas indedutíveis	1.246	1.203
Benefício fiscal - Lei nº 11.941 - REFIS	(5.995)	-
Outros	1.997	1.803
Total das adições (exclusões)	24.012	17.964
Base de cálculo	182.985	(178.411)
Imposto de renda e contribuição social calculados (alíquotas de 25% e 9%)	(62.215)	60.660
Incentivos	4.472	4.340
Compensação de base de cálculo	24	24
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(1.396)	(609)
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	1.278	213
Imposto de renda e contribuição social no resultado societário	(57.837)	64.628
Imposto de renda e constituição social diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	69.369	(191.719)
Imposto de renda e contribuição social no resultado regulatório	11.532	(127.091)

29. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Brasileira Participações S.A., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira Participações S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda., mediante participação direta no capital dessas sociedades.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29.1 Partes relacionadas:

Ativo	Não auditado	
	2015	2014
Outros créditos:		
AES Tietê Energia S.A. (iii)	-	218
AES Sul - outros créditos	2.759	2.759
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	390	-
AES Sul - sublocação (v)	11	14
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	16	16
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (v)	-	95
AES Brasil - sublocação (v)	24	-
	3.200	3.102
Devedores diversos:		
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	-	362
	-	362
Total do ativo com partes relacionadas	3.200	3.464
Passivo	Não auditado	
	2015	2014
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:		
Brasília Participações S.A.	1.940	-
AES Elpa S.A.	12.293	-
	14.233	-
Fornecedores:		
AES Tietê Energia S.A. - nota explicativa nº 11 (i)	271.814	-
AES Tietê S.A. - nota explicativa nº 11 (i)	-	296.028
AES Serviços TC Ltda. - Corte/religa (iv)	960	1.658
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	1.872	1.595
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	283	261
AES Big Sky (ii)	276	345
	275.205	299.887
Obrigações com entidade de previdência privada:		
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 14	2.604.967	2.818.793
	2.604.967	2.818.793
Total do passivo com partes relacionadas	2.894.405	3.118.680

A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da FUNCESP, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Com isso, os saldos com a FUNCESP estão demonstrados como transação com partes relacionadas. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado	Não auditado	
	2015	2014
Receita operacional (Outras receitas):		
AES Tietê S.A. - sublocação (v)	1.184	1.094
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (v)	5	4
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	191	187
AES Sul - sublocação (v)	129	118
AES Rio PCH - sublocação (v)	5	4
AES Holdings Brasil - sublocação (v)	4	4
AES Elpa - sublocação (v)	5	4
AES Brasil Ltda. - sublocação (v)	24	-
Southern Electric Brasil Participações Ltda. - sublocação (v)	11	-
	1.558	1.415
Energia elétrica comprada para revenda:		
AES Tietê S.A. - nota explicativa nº 23 (i)	(2.355.172)	(2.233.613)
	(2.355.172)	(2.233.613)
Entidade de previdência privada:		
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 14	(312.891)	(282.517)
	(312.891)	(282.517)
Serviços de terceiros:		
AES Serviços TC Ltda. - Corte/religa (iv)	(11.288)	(9.928)
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (vi)	(1.778)	(798)
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	(20.555)	(14.327)
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	945	-
AES Serviços TC Ltda. - Outros serviços	(52)	-
AES Big Sky (ii)	(3.281)	(4.089)
	(36.009)	(29.142)
Receitas financeiras:		
AES Tietê Energia S.A. (iii)	27	25
	27	25
Despesas financeiras:		
AES Tietê S.A. - nota explicativa nº 27 (i)	(12.256)	-
	(12.256)	-
Total do resultado com partes relacionadas	(2.714.743)	(2.543.832)

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a AES Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da AES Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. A vigência deste contrato se encerrou em 31 de dezembro de 2015. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 212,03/MWh (R\$ 201,09/MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

O saldo em aberto de R\$ 271.814 em 31 de dezembro de 2015 será pago pela Companhia para a AES Tietê Energia, já que esta incorporou os ativos e passivos da AES Tietê na mesma data.

A Companhia postergou e posteriormente liquidou cinco faturas do contrato bilateral com a AES Tietê, referentes às competências de maio, junho, setembro, outubro e novembro de 2015. Dessa forma, foi registrado o montante de R\$ 12.256 como despesa financeira, de acordo com as cláusulas contratuais.

A partir de janeiro de 2016, a Companhia passou a contratar energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, da AES Tietê Energia. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$ 142,00. A AES Tietê Energia

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

vendeu 90 MW médios, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a Companhia. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL.

- (ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a AES Big Sky.
- (iii) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a AES Tietê Energia (anteriormente denominada “Companhia Brasileira”) deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. Em maio de 2013, a AES Tietê Energia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida, o qual foi repassado para a Companhia de acordo com o termo de cessão de crédito firmado. Em dezembro de 2015, a AES Tietê Energia resgatou o saldo remanescente do depósito no montante de R\$ 244, o qual também foi repassado para a Companhia.
- (iv) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de ligação, modificação, corte, religação, verificação, aferição e/ou outros serviços técnicos e comerciais, e, em situações excepcionais, o atendimento de situações de emergência para manutenção corretiva da rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência de 48 meses, contados a partir de 29 de abril de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 1.267/2015.
- (v) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Companhia (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.
- (vi) Corresponde ao Contrato de Execução de Obras e Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição no montante de R\$ 14.754. A vigência do contrato é de janeiro de 2014 até dezembro de 2017. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.663/2013.
- (vii) Corresponde ao contrato de atendimento de lojas, celebrado entre a Companhia (contratante) e a AES Serviços (contratada). O contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação de 32 lojas de atendimento a clientes da Companhia, distribuídas em todos os municípios da sua concessão, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações. O contrato tem vigência de 1º de setembro de 2015 a 1º de setembro de 2019, com valor global de R\$ 81.322. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.830/2015.

29.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a remuneração foi conforme segue:

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição:	Não auditado	
	2015	2014
Benefícios de curto prazo (a)	10.431	11.359
Benefícios pós-emprego (b)	262	372
Outros benefícios de longo prazo (c)	310	241
Remuneração baseada em ações (d)	1.225	993
Total	12.228	12.965

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-jan-2016	1-jan-2017	R\$ 3.750.000
Vida em grupo	1-jan-2016	1-jan-2017	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade Civil Geral	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2016	1-abr-2017	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 5);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 16);
- f) Ativo financeiro setorial, líquido (nota explicativa nº 32);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 11);
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13);
- i) Subvenções governamentais;
- j) Encargos setoriais - Tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 17); e
- k) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

31.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2015		Não auditado 2014		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	146.621	146.621	181.260	181.260	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	384.557	384.557	727.891	727.891	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.556.625	2.556.625	1.723.776	1.723.776	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	98.967	98.967	119.811	119.811	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	443.126	443.126	445.283	445.283	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro setorial, líquido	1.340.900	1.340.900	270.506	270.506	Empréstimos e recebíveis
Total	4.970.796	4.970.796	3.468.527	3.468.527	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	1.926.785	1.926.785	1.561.434	1.561.434	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.602.542	3.531.065	3.071.892	3.072.351	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	10.535	10.535	13.013	13.013	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais - Tarifários e do consumidor a recolher	690.504	690.504	60.252	60.252	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	42.730	42.730	3.858	3.858	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	6.273.096	6.201.619	4.710.449	4.710.908	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

31.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2015			Não auditado				
	2015			2014				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
Nível 1		Nível 2	Nível 3	Nível 1		Nível 2	Nível 3	
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa	146.621	146.621	-	-	181.260	120.834	60.426	-
Investimentos de curto prazo	384.557	-	384.557	-	727.891	-	727.891	-
Total	531.178	146.621	384.557	-	909.151	120.834	788.317	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

31.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e Fiscal periodicamente.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2015 é:

	2015
Caixa e equivalentes de caixa	146.621
Investimentos de curto prazo	384.557
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.556.625
Contas a receber - acordos	98.967
Total da exposição	3.186.770

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.926.785	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	16.323	91.215	237.992	357.231	23.199
Debêntures	233.244	823.729	893.929	2.037.201	426.555
Arrendamento financeiro	3.195	8.156	8.352	15.635	7.843
Encargos setoriais - Tarifários e do consumidor a recolher	690.504	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	645	42.085	-	-	-
Total	2.870.696	965.185	1.140.273	2.410.067	457.597

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2015.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

		Não auditado
	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	513.238	525.751
Debêntures	3.046.123	2.534.171
Arrendamento financeiro	43.181	11.970
Caixa e equivalentes de caixa	(146.621)	(181.260)
Investimentos de curto prazo	(384.557)	(727.891)
Dívida líquida	3.071.364	2.162.741
Patrimônio líquido	2.555.997	1.577.954
Dívida líquida / Patrimônio líquido	120,16%	137,06%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2015, 20,2% era de curto prazo (19,3% em 31 de dezembro de 2014) e o prazo médio era de 4,5 anos (5,4 anos em 31 de dezembro de 2014).

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2015 é:

	2015
Investimentos de curto prazo	384.557
Empréstimos e financiamentos	(446.386)
Debêntures	(3.081.068)
Total da exposição líquida	(3.142.897)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2015	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Investimentos de curto prazo	CDI	384.557	29.572	44.378	59.145	73.950	88.717
Subtotal		384.557	29.572	44.378	59.145	73.950	88.717

Dívidas	Taxa de juros	Posição em 31.12.2015	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI / SELIC			7,69%	11,54%	15,38%	19,23%	23,07%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,12% a.a.	(184.297)	(16.395)	(23.570)	(30.726)	(37.901)	(45.058)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	(204.928)	(19.621)	(27.649)	(35.656)	(43.684)	(51.690)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(282.299)	(26.269)	(37.300)	(48.303)	(59.335)	(70.338)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(607.757)	(56.554)	(80.304)	(103.991)	(127.741)	(151.429)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI + 1,24% a.a.	(774.486)	(69.900)	(100.088)	(130.197)	(160.384)	(190.493)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI + 2,40% a.a.	(193.919)	(19.924)	(27.569)	(35.195)	(42.840)	(50.465)
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90% a.a.	(96.519)	(9.397)	(13.184)	(16.961)	(20.747)	(24.524)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.991)	(22.271)	(30.467)	(38.642)	(46.838)	(55.013)
Debêntures - 19ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(322.881)	(35.087)	(47.885)	(60.649)	(73.447)	(86.211)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50% a.a.	(302.463)	(28.145)	(39.965)	(51.754)	(63.573)	(75.362)
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22% a.a.	(62.651)	(7.665)	(10.179)	(12.686)	(15.200)	(17.707)
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20% a.a.	(23.109)	(2.573)	(3.492)	(4.407)	(5.326)	(6.241)
TJLP			3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22% a.a.	(58.163)	(4.576)	(5.637)	(6.698)	(7.759)	(8.819)
Subtotal		(3.527.454)	(340.648)	(477.756)	(614.507)	(751.613)	(888.363)
Total da exposição líquida		(3.142.897)	(311.076)	(433.378)	(555.362)	(677.663)	(799.646)

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de preço

Revisão Tarifária Extraordinária de 2015

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria ocorrida em 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) a ser aplicada a partir de 2 de março de 2015 às distribuidoras de energia elétrica, em função do distanciamento entre os custos efetivos com compra de energia e as contribuições para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e as respectivas coberturas tarifárias. Dessa forma, a ANEEL aprovou uma RTE para a Companhia com efeito médio para o consumidor de 32%.

Revisão Tarifária Periódica de 2015

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da Companhia de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor sem considerar bandeiras tarifárias e impostos), que foi aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2015.

De acordo com a ANEEL, a composição deste índice é a seguinte:

Revisão tarifária 2015		
Parcela A	Encargos setoriais	7,06%
	Energia comprada	-0,28%
	Encargos de transmissão	-0,54%
	Parcela A	6,24%
Parcela B		1,27%
Reajuste base		7,51%
CVA total		17,04%
Reversão RTE março/2015		-4,56%
Outros custos financeiros Parcela A		-3,71%
Custos financeiros Parcela B		1,61%
Retirada dos financeiros anteriores		-2,66%
Reajuste total		15,23%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária de 2015, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 7,68%, representando 6,24% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos setoriais – aumento de 29,0%, representando 7,06% no reajuste econômico, principalmente devido ao aumento dos Encargos de Serviços de Sistema (“ESS”), Energia de Reserva (“EER”) e da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Energia comprada – redução de 0,5%, decorrente principalmente da redução do custo médio de energia adquirido pela Companhia, em função do término da contratação de energia com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015; e

Encargos de transmissão – redução de 10,3%, refletindo as tarifas de uso do sistema publicadas através da Resolução Homologatória nº 1.917, de 23 de junho de 2015.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,8%, que representa uma participação positiva de 1,27% na revisão econômica, totalizando R\$ 2.812.095 resultado da combinação dos seguintes componentes:

- Custo de administração, operação e manutenção de R\$ 1.570.860, sendo R\$ 198.259 referentes às receitas irrecuperáveis e R\$ 1.372.601 referentes aos demais custos operacionais, estes calculados a partir da cobertura tarifária considerada no processo tarifário anterior (3RTP);
- Custo anual dos ativos de 1.362.293, com destaque para a remuneração dos investimentos realizados com recursos de obrigações especiais que totalizaram R\$ 38.659; e
- Índice de produtividade (Pd) da Parcela B com efeito negativo de R\$ 33.004.

(iii) Obrigações especiais

Investimentos realizados com recursos de obrigações especiais passaram a ser remunerados neste processo de Revisão Tarifária Periódica. Assim, sobre a metade do saldo bruto de obrigações especiais da Companhia, que totalizam R\$ 2.314.099, foi aplicada uma taxa de 3,34%.

(iv) Fator X

O componente T definido para os próximos quatro anos é de -2,37%. O componente Pd do Fator X a ser aplicado nessa revisão tarifária e nos reajustes tarifários ao longo dos próximos quatro anos é de 1,13%.

(v) Perdas técnicas e não técnicas

A trajetória de perdas não técnicas, referenciada ao mercado de Baixa Tensão, definida para esse ciclo foi de 8,53% (na data da RTP) para 8,43% (ponto de chegada), implicando em uma redução de cerca de 0,03 p.p. ao ano.

(vi) Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta Revisão Tarifária totalizam R\$ 1.109.814, destacando-se: (i) R\$ 1.820.222 de CVA; (ii) R\$ 20.083 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) efeito negativo de R\$ 489.616 referentes a exposição involuntária no mercado de curto prazo de energia; (iv) efeito negativo de reversão do financeiro da Revisão Tarifária Extraordinária de março de 2015 no montante de R\$ 486.685; (v) R\$ 23.063 referentes ao resultado positivo do Recurso Administrativo imputado pela Companhia contra o Reajuste

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Tarifário de 2014; e (vi) R\$ 172.634 referente a restituição das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao processo “Devolução tarifária – Base blindada” (nota explicativa nº 16.2.25), conforme Despacho nº 4.259/2013.

A tabela abaixo mostra o efeito médio a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, sem considerar os efeitos das bandeiras tarifárias e impostos:

Classe de consumo	Índice
Alta tensão	11,73%
Baixa tensão	17,04%
Média total	15,23%

Revisão e Reajuste Tarifário – conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico

a) **Revisão Tarifária Periódica**

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão de cada distribuidora (de 4 em 4 anos no caso da Companhia), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Destaca-se que nos Reajustes Tarifários Anuais a Parcela B (custos gerenciáveis) da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado pelo Fator X. Já na Revisão Tarifária Periódica é definida uma nova Parcela B, com o objetivo de se definir a cobertura tarifária para os custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Adicionalmente, é definida a componente de produtividade do referido Fator X, de modo a se compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade obtidos no período analisado.

A metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica está descrita no Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 1.920, de 30 de junho de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição resultantes da 4ª Revisão Tarifária Periódica da AES Eletropaulo, correspondendo a um efeito médio de 15,23% percebido pelos consumidores a partir de 4 de julho de 2015.

Cabe ressaltar que o reajuste da Parcela B representou 1,27% do referido efeito médio, totalizando R\$ 2.812 milhões, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- (i) Custo de Administração, Operação e Manutenção (“Custos Operacionais”) de R\$ 1.570,9 milhões, sendo R\$ 198,3 milhões referentes às receitas irrecuperáveis e R\$ 1.372,6 milhões referentes aos demais custos operacionais, estes calculados a partir da cobertura tarifária considerada no processo tarifário anterior. Ressalta-se que, sendo o

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

intervalo de eficiência definido por meio do método de comparação por *benchmarking* superior à cobertura tarifária prevista na 3ª Revisão Tarifária Periódica, foi estabelecida uma trajetória de aumento desses custos ao longo do ciclo, por meio da componente T do Fator X de -2,37%, para que ao final do período os custos operacionais regulatórios alcancem o limite inferior do intervalo;

- (ii) Custo Anual dos Ativos de R\$ 1.362,3 milhões, incluindo a remuneração dos investimentos realizados com recursos de Obrigações Especiais que totalizaram R\$ 38,7 milhões;
- (iii) Índice de produtividade (Pd) da Parcela B, com efeito negativo de R\$ 33,0 milhões; e
- (iv) Outras Receitas de R\$ 88 milhões.

Foi também definido o componente de produtividade do Fator X a ser aplicado nessa revisão tarifária e nos próximos 3 reajustes tarifários, no valor de 1,13%.

Por fim, vale lembrar que em março de 2015, a ANEEL aprovou Revisão Tarifária Extraordinária para todas as Distribuidoras de Energia Elétrica, por meio da Resolução Homologatória 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, em função do distanciamento entre os custos efetivos com compra de energia e as contribuições para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e as respectivas coberturas tarifárias, ambos componentes de Parcela A.

O resultado foi o repasse antecipado para o consumidor destes custos, que seriam repassados somente no próximo processo tarifário que, conforme relatado anteriormente, ocorreu em 4 de julho de 2015. O impacto médio para o consumidor da Companhia da referida Revisão Extraordinária foi de 32%.

b) Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração regulatória (BRR) no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (i) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações monetárias;
- (ii) As adições de ativos imobilizados em serviço entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (iii) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases dos CRTP – base incremental (item b);

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (v) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M (ou IPCA para processos de RTP posteriores a dez/2015), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume os valores da Base de Remuneração Regulatória da Companhia, bem como destaca os valores da quota de reintegração e da remuneração de capital. Estes valores referem-se ao último processo de revisão tarifária periódica da Companhia (julho de 2015).

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.726.762
(2) Índice de Aproveitamento Integral	85.348
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.315.614
(4) Bens Totalmente Depreciados	6.147.896
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	12.177.904
(6) Depreciação Acumulada	13.391.279
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	7.335.483
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	36.353
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	7.299.130
(10) Almojarifado em Operação	56.692
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.767.609
(13) Terrenos e Servidões	456.377
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	6.044.590
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	66.085
(17) Taxa de Depreciação	3,75%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	0,73%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*19	734.723

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) **Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI**

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI da última revisão tarifária ocorrida em 2015.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	667.582
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	166.895
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	166.895
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	333.791
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	16.212
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	34.073
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	83.441
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	133.726

d) **Resumo da Revisão Tarifária de 2015**

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a 4ª Revisão Tarifária Ordinária de 2015 da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Receita Verificada (R\$ mil)	Receita Requerida (R\$ mil)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	8.029.879	12.329.886	6,24%	81,40%
1.1. Encargos Setoriais	904.513	4.425.151	7,06%	29,20%
TFSEE	15.582	14.379	-0,01%	0,10%
CDE	217.069	3.669.378	6,82%	24,20%
PROINFA	296.764	283.058	-0,10%	1,90%
P&D (Eficiência Energética)	103.642	122.641	-0,11%	0,80%
ONS	433	474	0,00%	0,00%
ESS/EER	271.023	335.221	0,46%	2,20%
1.2. Transmissão	713.736	660.241	-0,54%	4,40%
Rede Básica	499.094	416.882	-0,80%	2,80%
Rede Básica Fronteira	64.389	67.719	0,09%	0,40%
Itaipu	113.856	132.828	0,13%	0,90%
Conexão	28.924	36.102	0,05%	0,20%
CUSD	7.473	6.096	-0,01%	0,00%
Outros	-	614	0,00%	0,00%
1.3. Compra de Energia	6.411.630	7.244.494	-0,28%	47,80%
2. PARCELAS B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 2.5)	2.654.134	2.812.095	1,27%	18,60%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades		1.489.378	0,67%	9,80%
2.2. Remuneração		763.612	0,35%	5,00%
2.3. Depreciação		451.131	0,20%	3,00%
2.2. Receitas Irrecuperáveis		196.028	0,09%	1,30%
2.2. Outras Receitas		(88.054)	-0,04%	-0,60%
3. Reposicionamento Econômico			7,50%	
4. Componentes Financeiros		1.109.814	10,39%	
5. Reposicionamento com Financeiros			17,90%	
6. Financeiros Retirados do IRT anterior			-2,67%	
7. Efeito para Consumidor			15,23%	

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Concomitantemente o órgão regulador solicitou para 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive para a Companhia, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, as direcionando para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de resultados da Companhia foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela agência em 16 de dezembro de 2015. Ao final do plano, caso a Companhia não atenda aos

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades constantes na REN63/2004, que são advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados resultam em investimentos e custos adicionais.

(c.2) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.7).

(c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2015 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da Companhia com a AES Tietê; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR’s.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR’s) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR’s de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A Companhia projeta encerrar o ano de 2015 com um nível de contratação de 107,2%. O repasse da sobrecontratação é limitado a 5% da energia anual requerida regulatória da concessionária. Desta forma, a diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia participou de leilões no ambiente regulado (CCEARs), com o intuito de repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Essa participação compulsória está gerando uma previsão de sobrecontratação para o ano de 2016. No entanto, a Companhia está negociando com a ANEEL uma forma de mitigar os riscos vinculados à referida sobrecontratação.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à Companhia maiores custos com compra de energia, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR's), risco hidrológico associado às cotas de garantia física.

Embora o aumento de custo de energia e dos encargos setoriais sejam repassados para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Como forma de mitigar o impacto negativo no fluxo de caixa das distribuidoras, em fevereiro de 2015 a ANEEL abriu duas audiências públicas para: i) discutir Revisão Tarifária Extraordinária requerida pelas distribuidoras de energia elétrica, incluindo o pedido específico da Companhia protocolado no último dia 9 de janeiro; e ii) discutir ajustes ao mecanismo de bandeira tarifária. O resultado foi a homologação da revisão tarifária extraordinária já a partir de março de 2015, antecipando o repasse aos consumidores dos aumentos dos custos com aquisição de energia elétrica, reduzindo, portanto, o impacto no fluxo

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa e necessidade de capital de giro da Companhia. Com a publicação da Resolução Homologatória nº 649 de 27 de fevereiro de 2015, toda ou parte da exposição no mercado de curto prazo da distribuidora oriunda de exposição involuntária, o custo do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, o custo da geração dos contratos térmicos e o Risco Hidrológico das Cotas e de Itaipu passaram a ser recompostas pela Bandeira Tarifária vigente.

Em julho de 2015 a Companhia passou pela revisão tarifária periódica que possibilitou em novo ajuste tarifário para cobertura dos custos de compra de energia.

Adicionalmente, a crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado. Caso essas condições persistam ou piorem, a Companhia pode ser impactada de forma negativa, principalmente em relação ao seu fluxo de caixa.

32. Ativo financeiro setorial, líquido

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em 4 de julho de 2015, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação. O prazo estimado de realização é de 12 meses, podendo ser prorrogável caso o valor integral não seja recuperado.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

iii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, autorizou a empresa, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 4 de julho de 2015, reajuste médio de 15,23%, sendo 24,55% relativos ao índice de reajuste tarifário e -9,32% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ 1.820.221, sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2014-2015, no valor de R\$ 1.811.988, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 8.233.

ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos e passivos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo, é a seguinte:

	Não auditado										Auditado												
	Saldo em 31.12.2014	Adição	Amortização	Recebimento Bandejas tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2015	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante	Saldo em 31.12.2014	Adição	Amortização	Recebimento Bandejas tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2015	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante	
Ativos Financeiros Setoriais - R\$ mil																							
CVA Ativa	1.592.738	3.462.553	(1.340.411)	(996.741)	289.743	18.552	3.026.434	1.175.768	1.850.666	2.101.101	925.333	1.467.334	814.091	(880.270)	(839.028)	157.215	732.834	732.834	732.834	732.834	630.070	512.890	
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	41.577	1.201.717	(118.210)	-	43.382	(25.506)	1.142.960	117.180	1.025.780	209	-	5.847	-	(5.666)	-	199	209	209	209	209	24.909	8.310	
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	37.514	25.730	(33.734)	-	3.709	(171)	33.219	16.599	16.620	24.909	8.310	1.807	8.786	(4.121)	711	711	711	711	711	711	5.747	1.436	
Transporte de energia elétrica - Itaipu	1.807	8.786	(4.121)	-	711	-	7.183	4.311	2.872	5.747	1.436	38.560	160.716	(157.713)	1.108	1.108	1.108	1.108	1.108	34.848	17.424	385.273	
Ercangos de Serviços de Sistema - ESS	99	1.251.513	(298.311)	-	83.419	-	1.075.181	304.635	770.546	689.908	385.273												
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE																							
Conta de Consumo de Combustível - CCC																							
Demais ativos financeiros setoriais	130.850	260.444	(127.703)	-	20.369	(122.589)	161.371	26.542	134.829	93.956	67.415	4.878	112.313	(10.042)	5.283	-	112.432	10.042	102.390	61.237	51.195		
Neutralidade da Parcela A	5.107	124.732	(22.454)	-	14.954	(122.339)	-	-	-	-	-	78.707	124.732	(78.707)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	42.158	23.399	(16.500)	-	132	(250)	48.939	16.500	32.439	32.719	16.220												
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração																							
Outros																							
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.723.588	3.722.997	(1.468.114)	(996.741)	310.112	(104.037)	3.187.805	1.202.310	1.985.495	2.195.057	992.748												
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ mil																							
CVA Passiva	596.011	(95.725)	(321.883)	168.334	55.737	75.387	477.861	265.949	211.912	374.688	103.173	-	(29.283)	2.348	168.334	2.348	70.327	211.726	211.726	108.646	103.080		
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	89.511	(49.988)	(14.564)	-	1.143	(25.507)	595	595	186	595	93	5.366	10.851	(5.580)	-	973	(171)	6.073	5.887	186	5.980		
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	27	-	(27)	-	-	-	-	-	-	-	-	201.328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte de energia elétrica - Itaipu	506.433	(27.305)	(301.672)	-	51.273	30.738	259.467	259.467	-	259.467	-	55.366	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ercangos de Serviços de Sistema - ESS	40	-	(40)	-	-	-	-	-	-	-	-	201.328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE																							
Demais passivos financeiros setoriais	857.071	1.308.154	(744.374)	-	127.617	(179.424)	1.369.044	461.443	907.601	928.897	440.147	5.024	-	(5.024)	-	42.148	(179.174)	270.812	182.576	88.236	255.112	15.700	
Neutralidade da Parcela A	584.431	62.819	(239.412)	-	85.438	-	952.454	278.818	673.636	615.636	336.818												
Sobrecontratação de energia	-	1.099.290	(232.274)	-	85.438	-	87.629	87.629	87.629	87.629	87.629												
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP																							
Revisão Tarifária - Fator Xe																							
Postergação Revisão Tarifária 2011																							
Revisão Tarifária - Universalização																							
Fator Xq - Devolução tarifária																							
Outros	8.702	316	(8.750)	-	31	(250)	49	49	-	49	-												
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.453.082	1.212.429	(1.066.257)	168.334	183.354	(104.037)	1.846.905	727.392	1.119.513	1.303.585	543.320												

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de ativos e passivos setoriais, líquidos estão demonstrados a seguir:

	2015					Não auditado 2014		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balço Patrimonial	Itens em amortização 04.07.2014 até 03.07.2015	Itens em constituição 04.07.2015 até 03.07.2016	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balço Patrimonial
CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	689.908	-	689.908	304.635	385.273	24.121	(40)	24.081
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	99	-	99
Energia Itaipu - custo/variação cambial	630.070	(595)	629.475	116.585	512.890	24.358	(52.079)	(27.721)
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	(259.467)	(242.043)	(259.467)	17.424	-	(287.261)	(287.261)
Transporte de energia - Itaipu	5.747	-	5.747	4.311	1.436	905	(27)	878
Transporte de energia pela rede básica	24.909	-	24.909	16.599	8.310	27.573	-	27.573
Compra de energia elétrica	732.834	(108.646)	624.188	732.834	(108.646)	855.054	-	855.054
Proinfa	209	(5.980)	(5.771)	(5.678)	(93)	5.761	-	5.761
Total dos itens da Parcela A	2.101.101	(374.688)	1.726.413	909.819	816.594	937.871	(339.407)	598.464
Outros componentes financeiros da tarifa:								
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	-	-	-	-	-	78.707	-	78.707
Efeito Neutralidade	61.237	-	61.237	10.042	51.195	2.439	(5.024)	(2.585)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(255.112)	(255.112)	(210.994)	(44.118)	5.107	(292.216)	(287.109)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	(615.636)	(615.636)	(278.818)	(336.818)	-	-	-
Revisão Tarifária - Fator Xe	-	-	-	-	-	-	(55.366)	(55.366)
Postergação Revisão Tarifária 2011	-	-	-	-	-	-	(201.328)	(201.328)
Revisão Tarifária - Universalização	-	-	-	-	-	-	(2.220)	(2.220)
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	-	(58.100)	(58.100)	-	(58.100)	-	-	-
Outros componentes financeiros	32.719	(49)	32.670	16.451	16.219	21.079	(8.702)	12.377
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	93.956	(928.897)	(834.941)	(463.319)	(371.622)	107.332	(564.856)	(457.524)
Total do circulante	2.195.057	(1.303.585)	891.472	446.500	444.972	1.045.203	(904.263)	140.940
NÃO CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	385.273	-	385.273	-	385.273	14.439	-	14.439
Transporte de energia pela rede básica	8.310	-	8.310	-	8.310	9.941	-	9.941
Encargos do serviço do sistema - ESS	17.424	-	17.424	-	17.424	-	(219.172)	(219.172)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	512.890	-	512.890	-	512.890	17.218	(37.432)	(20.214)
Compra de energia elétrica	-	(103.080)	(103.080)	-	(103.080)	612.281	-	612.281
Proinfa	-	(93)	(93)	-	(93)	86	-	86
Transporte de energia - Itaipu	1.436	-	1.436	-	1.436	902	-	902
Total dos itens da Parcela A	925.333	(103.173)	822.160	-	822.160	654.867	(256.604)	398.263
Outros componentes financeiros da tarifa:								
Efeito Neutralidade	51.195	-	51.195	-	51.195	2.439	-	2.439
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	(336.818)	(336.818)	-	(336.818)	-	-	-
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(15.700)	(15.700)	28.418	(44.118)	-	(292.215)	(292.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP (*)	-	(87.629)	(87.629)	-	(87.629)	-	-	-
Outros componentes financeiros	16.220	-	16.220	-	16.220	21.079	-	21.079
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	67.415	(440.147)	(372.732)	28.418	(401.150)	23.518	(292.215)	(268.697)
Total do não circulante	992.748	(543.320)	449.428	28.418	421.010	678.385	(548.819)	129.566
TOTAL	3.187.805	(1.846.905)	1.340.900	474.918	865.982	1.723.588	(1.453.082)	270.506

(*) A Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015, aprovou nova versão para o Submódulo 2.1 – Procedimentos Gerais do Proret, incluindo o item 3.4 - Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo. O item 3.4 define que “A partir da segunda revisão posterior ao 3CRTP, os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário”. Desta forma e de acordo com o estabelecido no Despacho de Encerramento nº 245 da ANEEL, de 28 de janeiro de 2016, os montantes referentes à receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), anteriormente registrados como obrigações especiais, foram contabilizados como passivos financeiros setoriais, no montante de R\$ 87.629. Ainda, de acordo com o Despacho de Encerramento, os valores devem ser corrigidos pela SELIC.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	270.506
Diferimentos	2.568.668
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 16.1 (d.4)	(58.100)
Atualização monetária	126.758
Amortização	(401.857)
Recebimento - Bandeiras tarifárias	(1.165.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.340.900

33. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à Companhia.

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

- (a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permanece na Companhia. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "Black-Scholes", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	Não auditado	
	2015	2014
Volatilidade esperada (%)	25	24
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	3	1
Prazo de vida esperado das opções (anos)	7	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,86	1,88

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, eram de US\$ 2,07 e US\$ 3,31, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)	102.096	16,67	
Exercidas durante o exercício	(2.142)	8,97	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(794)	8,97	
Outorgadas durante o exercício	8.098	14,63	
Em circulação em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	107.258	16,72	4,2
Exercidas durante o exercício	-	-	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(4.227)	16,81	
Outorgadas durante o exercício	12.699	11,89	
Em circulação em 31 de dezembro de 2015 ^(*)	115.730	16,19	4,0

(*) As ações em circulação referem-se às ações exercíveis do referido exercício

- (b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na Companhia. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2015 e 2014 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2013 (Não auditado)	71.162	12,76	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(27.549)	12,63	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(9.880)	14,62	
Outorgadas durante o exercício	33.261	14,66	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	66.994	13,49	1,2
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(28.172)	12,10	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(13.702)	13,29	
Outorgadas durante o exercício	36.447	11,68	
Transferidas	(1.491)	13,72	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2015	60.076	12,49	1,5

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Investimentos em meio ambiente

Investimentos em Meio Ambiente	Não auditado	
	2015	2014
Custos diretos	6.755	3.488
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	2.093	1.703
Licenciamentos e compensações ambientais	3.771	4.473
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	8.614	21.019
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	6.917	17.868
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	42	29
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos etc.)	-	17
Subtotal	28.192	48.597
Projetos de eficiência energética	47.511	47.570
Total	75.703	96.167

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2015, R\$ 67.501 (R\$ 78.299 em 2014) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 8.202 (R\$ 17.868 em 2014) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Companhia em busca da excelência ambiental manteve em 2015 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

A partir de 1º de janeiro de 2016, a Companhia passou a possuir quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 23).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 23).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 22).

36. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação das demonstrações dos resultados societário e regulatório

Nota	2015			Não auditado 2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita						
Fornecimento de energia elétrica	12.342.653	-	12.342.653	7.799.018	-	7.799.018
Energia elétrica de curto prazo	812.325	-	812.325	831.792	-	831.792
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.144.484	-	8.144.484	4.695.046	-	4.695.046
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.108.711	-	2.108.711	885.486	(614.980)	270.506
Serviços cobráveis	12.497	-	12.497	15.392	-	15.392
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	221.824	-	221.824	199.576	-	199.576
Receita de construção	-	610.731	610.731	-	582.995	582.995
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	194.343	194.343	-	55.237	55.237
Outras receitas	117.728	-	117.728	114.647	-	114.647
Tributos						
ICMS	(3.873.654)	-	(3.873.654)	(2.422.318)	-	(2.422.318)
PIS-PASEP	(350.674)	-	(350.674)	(210.610)	-	(210.610)
COFINS	(1.619.533)	-	(1.619.533)	(970.083)	-	(970.083)
ISS	(270)	-	(270)	(255)	-	(255)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(64.312)	-	(64.312)	(46.526)	-	(46.526)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.169.660)	-	(3.169.660)	(222.666)	-	(222.666)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(64.312)	-	(64.312)	(46.490)	-	(46.490)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(15.149)	-	(15.149)	(15.900)	-	(15.900)
Outros encargos	(1.740.319)	-	(1.740.319)	(32.745)	-	(32.745)
Receita líquida	12.862.339	805.074	13.667.413	10.573.364	23.252	10.596.616
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(8.524.148)	-	(8.524.148)	(7.212.156)	-	(7.212.156)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(236.801)	-	(236.801)	(271.673)	-	(271.673)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(1.123.511)	-	(1.123.511)	(396.083)	-	(396.083)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.977.879	805.074	3.782.953	2.693.452	23.252	2.716.704
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e administradores	36.4.3	(671.003)	(22.185)	(693.188)	(658.443)	(20.316)
Entidade de previdência privada		(315.254)	-	(315.254)	(286.038)	-
Material	36.4.3	(41.596)	(442)	(42.038)	(42.682)	(204)
Serviços de terceiros	36.4.3	(497.711)	(26.579)	(524.290)	(413.012)	(32.858)
Arrendamento e aluguéis	36.4.3	(21.920)	(94)	(22.014)	(24.786)	(352)
Seguros	36.4.3	(3.785)	(3)	(3.788)	(3.490)	-
Doações, contribuições e subvenções		(8.603)	-	(8.603)	(6.793)	-
Custo de construção	36.6	-	(610.731)	(610.731)	-	(582.995)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(197.019)	-	(197.019)	(80.580)	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(92.222)	-	(92.222)	(28.967)	-
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos	36.4.3	(97.550)	58.548	(39.002)	55.191	73.939
(-) Recuperação de despesas		7.943	-	7.943	9.127	-
Tributos	36.4.3	(33.814)	(20)	(33.834)	(33.409)	-
Depreciação e amortização	36.4 e 36.5	(439.745)	(50.931)	(490.676)	(446.860)	(23.668)
Outros custos operacionais	36.3	(234.251)	(11.108)	(245.359)	(119.468)	(7.518)
RESULTADO DA ATIVIDADE		331.349	141.529	472.878	613.242	(570.720)
Receitas financeiras	36.1	469.543	-	469.543	303.841	(30.430)
Despesas financeiras		(663.047)	-	(663.047)	(486.637)	-
Variações cambiais, líquidas		(120.401)	-	(120.401)	(25.671)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		17.444	141.529	158.973	404.775	(601.150)
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes		(103.262)	-	(103.262)	(85.708)	-
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	36.2	114.794	(69.369)	45.425	(41.383)	191.719
Resultado líquido do exercício		28.976	72.160	101.136	277.684	(409.431)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		9.800	-	34.205	93.914	(44.558)
Acionistas não controladores		19.176	-	66.931	183.770	(87.189)
Lucro por ação						
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	-	29.543	81.115	(38.485)
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	-	29.543	81.115	(38.485)
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADA DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
Básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	-	29.543	81.115	(38.485)
Diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		8.464	-	29.543	81.115	(38.485)

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Nota	Não auditado	
	2015	2014
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	2.839.145	2.567.808
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	36.4 e 36.5 1.568.360	517.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação regulatória	36.2 (533.243)	(175.857)
Reavaliação societária	36.4 e 36.5 (1.702.419)	(1.812.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação societária	36.2 578.823	616.277
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	36.3 (66.152)	(135.149)
Ajustes ICPC 01 - Efeito atualização do ativo financeiro da concessão	36.3 (348.076)	(156.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ICPC 01	36.2 219.559	156.585
Patrimônio líquido regulatório	2.555.997	1.577.954

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Nota	Não auditado	
	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	101.136	(131.747)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reconhecimento prospectivo dos ativos e passivos financeiros setoriais - 31.12.2014	36.1 -	645.410
Receita de construção	36.6 610.731	582.995
Custo de construção	36.6 (610.731)	(582.995)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	36.3 (194.343)	(55.237)
Baixas de ativos financeiros da concessão	36.3 11.108	7.518
Depreciação e amortização	36.4 e 36.5 50.931	23.668
Ganhos (Perdas) na alienação/desativação de bens e direitos	36.4.3 (9.225)	(20.209)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	36.2 69.369	(191.719)
Lucro líquido regulatório	28.976	277.684

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

36.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

As diferenças patrimoniais são decorrentes meramente da forma de apresentação dos saldos nas demonstrações contábeis societárias, os quais a Companhia apresenta os saldos da conta “Ativos financeiros setoriais” líquidos do saldo da conta “Passivos financeiros setoriais”. O quadro abaixo demonstra que não existem diferenças quando se compara os saldos totais circulantes e não circulantes.

	Regulatório		Societário	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Ativo financeiro setorial	2.195.057	1.045.203	2.195.057	1.045.203
Passivo financeiro setorial	(1.303.585)	(904.263)	(1.303.585)	(904.263)
Ativo financeiro setorial, líquido	891.472	140.940	891.472	140.940
Não circulante				
Ativo financeiro setorial	992.748	678.385	992.748	678.385
Passivo financeiro setorial	(543.320)	(548.819)	(543.320)	(548.819)
Ativo financeiro setorial, líquido	449.428	129.566	449.428	129.566

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença na demonstração do resultado no exercício de 2014 é justificada pela aplicação do OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica, a partir de dezembro de 2014 nos livros societários. Tal diferença é justificada devido à adoção prospectiva, visto que nos livros societários o impacto no resultado correspondeu ao do saldo líquido em 31 de dezembro de 2014.

36.2 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento (i) da reserva de reavaliação regulatória compulsória; (ii) da atualização do ativo financeiro da concessão, que é somente registrada na contabilidade societária; e (iii) das diferenças nas bases de depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível e das obrigações especiais vinculadas à concessão.

36.3 Ativos financeiros da concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Companhia atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão. A Companhia aplicou o IGP-M até o mês de novembro de 2015 como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. No mês de dezembro de 2015, com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Companhia passou a aplicar o IPCA como fator de atualização.

36.4 Imobilizado e intangível

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária.

Quando da adoção do ICPC 01 em 2010, a Companhia utilizou a Base de Remuneração Regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação (“método do valor residual”) e o saldo do ativo financeiro.

Os ativos classificados como intangível nas demonstrações contábeis societárias representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e regulatórias.

O saldo de imobilizado da contabilidade societária refere-se aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os referidos saldos também são reconhecidos na contabilidade regulatória.

36.4.1 Reavaliação regulatória compulsória

A reavaliação regulatória compulsória foi determinada pela Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A reavaliação regulatória compulsória não é aplicada para a contabilidade societária, desta forma as diferenças são decorrentes da divergência de práticas contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

36.4.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das diferenças das bases dos bens depreciados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

36.4.3 Outros ativos não circulantes

A diferença na rubrica “outros ativos não circulantes” é decorrente das desativações em curso. Na contabilidade societária os custos de desativação não reconhecidos no resultado no momento da realização, enquanto que na contabilidade regulatória o reconhecimento no resultado ocorre somente após a conclusão da apuração de todos os custos e liquidação da referida ordem de desativação.

As rubricas do resultado de pessoal, material e serviços de terceiros são impactadas pelos custos de remoção, e a rubrica perdas na alienação de bens e direitos é impactada pela diferença do valor residual dos bens desativados entre a contabilidade societária e regulatória.

36.4.4 Bens e direitos para uso futuro

A diferença na rubrica de bens e direitos para uso futuro é decorrente de valores de investimentos não relacionados à concessão do serviço público de energia elétrica, os quais na contabilidade regulatória estão classificados na rubrica bens e atividades não vinculadas à concessão.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

36.5.1. Reavaliação compulsória

Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01.

36.5.2. Amortização

As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

36.6. Receita e custo de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção. As receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas, na contabilidade societária, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço.

Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada.

Relatório da Administração Regulatório

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo” ou “Companhia”), apresenta a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

PERFIL

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,9 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 7.165 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, 8 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 42 mil quilômetros, dos quais 1.847 km são linhas de subtransmissão, 2.190 km são redes de distribuição subterrâneas e 38.497 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 208 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Eletropaulo segue orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019 (“PES”), que define como direcionadores estratégicos da Companhia a Satisfação do cliente, Desenvolvimento de negócios, Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e Engajamento de públicos de relacionamento.

CONTEXTO SETORIAL - DISTRIBUIÇÃO

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Reguladora de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos “não gerenciáveis” pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassada às tarifas e o custo médio de capital (“WACC”) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. Tendo ocorrido a quarta revisão tarifária periódica em 04 de julho de 2015, a próxima revisão tarifária será em julho de 2019.

Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

A Aneel, em Reunião Pública de Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da companhia de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor), aplicado na tarifa a partir de 04 de julho de 2015. O índice é composto por reajuste econômico de +7,51% e componente financeiro de +7,72%, já descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior.

O índice de revisão tarifária aprovado incluiu:

- (i) Redução do preço médio de energia comprada em função do fim do contrato com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015;
- (ii) Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) de R\$ 1,8 bilhões dado, principalmente, pela CVA de Compra de Energia contribuindo com +17,04% do índice; e,
- (iii) Reversão da restituição das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente, no montante de R\$ 172,6 milhões como componente financeiro.

São destacados abaixo os itens que compuseram a revisão tarifária de 2015:

Revisão Tarifária Periódica 2015		
Parcela A	Encargos Setoriais	7,06%
	Energia Comprada	-0,28%
	Custos de Transmissão	-0,54%
	Parcela A	6,24%
Parcela B		1,27%
Reajuste Base		7,51%
CVA Total		17,04%
Reversão RTE Mar/15		-4,56%
Outros custos financeiros Parcela A		-3,71%
Custos financeiros Parcela B		1,61%
Retirada dos financeiros anteriores		-2,66%
Efeito dos Componentes Financeiros		7,72%
Reajuste Total		15,23%

Tarifa média de fornecimento

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 405,17/MWh, representando um aumento de 67,11% com relação a dezembro de 2014, descontando os efeitos da bandeira tarifária.

Tarifa média de
fornecimento em
R\$/MWh¹

Classe de consumidores:

Residencial	426,28
Industrial	390,44
Comercial	398,33
Rural	140,57
Poder público	404,72
Iluminação pública	260,34
Serviço público	345,11
Total	405,17

Nota: 1) Líquido de imposto

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No novo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente.

Em 2015, A AES Eletropaulo atingiu 76,1% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADÉE, nível 3,5pp inferior em relação a 2014. Esse desvio ocorreu principalmente por conta dos eventos climáticos severos no início do ano, no mesmo período da coleta de dados da primeira pesquisa. Além disso, o

aumento significativo da tarifa ao longo do ano provocou o crescimento de solicitações de esclarecimentos na empresa.

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)*	FEC* (interrupções)
2015	23,62	6,48
2014	13,36	5,32

* valores estimados e sujeitos a revisão

Conforme previamente comunicado ao mercado e à Aneel, a AES Eletropaulo constatou inconsistências na apuração dos indicadores DEC e FEC no período compreendido entre janeiro 2011 e maio 2015, devido ao enquadramento de expurgos de ocorrências caracterizados como “dia crítico”. A Companhia trabalha na apuração do montante exato dos impactos decorrentes do reprocessamento, bem como nas ações de ressarcimento a todos os clientes.

Com base nos dados e projeções disponíveis até o momento, a AES Eletropaulo registrou em 2015 provisões que totalizam R\$152,5 milhões. Esse montante representa nossa melhor estimativa para quatro componentes: (i) compensação aos consumidores devido aos indicadores de DIC/FIC/DMIC/DICRI; (ii) componente Xq do Fator X que indexa a tarifa; (iii) possíveis penalidades a serem estabelecidas pelo órgão regulador que substituem quaisquer outras penalidades emitidas perante à Companhia para o mesmo período em relação aos indicadores de qualidade, e (iv) atualização financeira até 2015.

O índice FEC estimado de 2015 foi de 6,48 vezes, um aumento de 21,8% em comparação ao indicador estimado de 2014, que foi de 5,32 vezes. Esse aumento é explicado pela maior intensidade de manutenção preventiva e obras de melhoria na rede elétrica em 2015 e pela diminuição do nível de expurgo de ocorrências em relação à 2014. O indicador DEC estimado de 2015 atingiu 23,62 horas, o que representa uma elevação de 76,8% em relação ao valor estimado de 2014 (13,36 horas). Esse aumento é explicado pelo aumento de execução de manutenção preventiva e obras de melhoria na rede, pela redução do nível de expurgo em relação ao indicador de 2014 e pela maior severidade dos eventos climáticos, notadamente no primeiro trimestre e nos meses de setembro e novembro de 2015. As manutenções preventivas e obras de melhoria na rede associadas ao aumento do número de equipes de emergência já estão promovendo significativa melhoria conforme indicam as apurações preliminares do indicador em 2016.

Em 2015, as penalidades provisionadas pela Companhia em função a compensação aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC, DMIC e DICRI totalizaram R\$ 77,4 milhões, valor 324% superior ao registrado no ano anterior.

Relacionamento com Clientes

O programa Jeito AES de Atender foi implementado em 2013 com o objetivo principal de garantir um padrão de relacionamento em todas as interações na Jornada do

Cliente. Por meio do programa, é realizado o acultramento e engajamento em torno da qualidade e assertividade necessárias no contato do cliente com a AES.

Depois de duas fases dedicadas à sensibilização sobre a padronização do atendimento e a cultura de serviços nos últimos anos, as ações do JAAT em 2015 estiveram focadas na gestão da jornada do cliente. Diferentes etapas ligadas ao fornecimento de energia, e que podem implicar em uma interação direta com o cliente, compõem a jornada, como a reclamação sobre interrupção de energia ou um pedido de indenização.

Ao longo do ano, mais de 8,4 mil capacitações para colaboradores próprios e contratados foram realizadas para que eles entendam seu papel e impacto na satisfação do cliente, e sobre a importância da colaboração entre os diferentes departamentos para os resultados. Também foram realizadas entrevistas diretas aos clientes para entender o nível de satisfação com o serviço prestado.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica por meio da regularização de ligações informais em comunidades de baixa renda, eficiência de máquinas e equipamentos e em melhorias na gestão de energia por parte de clientes públicos e corporativos, além de projetos educacionais com foco no consumo consciente de energia. Em 2015, foram investidos R\$ 68,6 milhões, aumento de cerca de R\$ 21 milhões em relação a 2014, dos quais R\$ 37,1 milhões com recursos próprios e R\$ 31,5 milhões com recursos do programa da ANEEL no programa Transformação de Consumidores em Clientes, que tem como objetivo a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram contemplados órgãos públicos e privados e projetos originados através de Chamada Pública. Além de projetos no âmbito social como o Recycle Mais Pague Menos e o AES nas Escolas.

Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”)

Em 2015, a AES Eletropaulo investiu R\$ 18,4 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,3 milhões.

Os principais projetos de 2015 estão se tornando programas permanentes, como o de Rede Inteligente (Smartgrid), com investimentos de R\$ 11,4 milhões no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico. Foram também realizados projetos de linhas de transmissão, meio ambiente, soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias e equipamentos.

EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

Desempenho Operacional, Mercado e Balanço Energético

Evolução unidades consumidoras

No comparativo entre 2014 e 2015, tivemos uma variação de 110.685 unidades consumidoras com destaque 61.451 residenciais, 47.989 comerciais, 57 rurais e 405 industriais, totalizando 6.852.145 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,64% superior ao de 2014.

Número de unidades Consumidoras¹

O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2% quando comparado com o exercício anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	5.956.173	6.094.754	6.242.621	6.328.583	6.390.034
Comercial	28.465	27.972	27.242	366.688	414.677
Industrial	344.606	340.098	392.108	26.472	26.877
Rural	769	774	771	396	453
Poderes Públicos	14.868	15.291	15.544	16.034	16.143
Iluminação Pública	1.613	1.902	1.835	1.890	2.555
Serviço Público	1.295	1.319	1.346	1.397	1.406
Total	6.347.789	6.482.110	6.681.467	6.741.460	6.852.145
Variação	3,35%	2,12%	3,08%	0,90%	1,64%

Comportamento do mercado

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Em 2015, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 44.236,8 GWh, uma retração de 4,7% em relação a 2014, reflexo do desempenho negativo das classes, principalmente residencial e industrial que reduziram o consumo em 5,1% e 9,6%, respectivamente. Nesse período houve 1,3 dias a mais de faturamento (+131 GWh) e desligamentos de clientes e, se esses efeitos fossem excluídos, o mercado total cairia 4,9%. O desempenho reflete a piora no cenário econômico e aumento das tarifas de energia. Até novembro/15, a renda real na Região Metropolitana de São Paulo teve queda de 4,0% e a Produção Industrial do Estado de São Paulo caiu 10,9% em relação ao acumulado de novembro/14, segundo dados do IBGE, refletindo no consumo do Estado de São Paulo que acumula queda de 4,1% até novembro/15.

O mercado faturado dos clientes livres reduziu-se em 6,2% em função do desempenho da atividade econômica. No período, 4 unidades consumidoras migraram para o ACL e

¹ Unidades consumidoras faturadas

nenhuma unidade retornou para o ACR e o efeito líquido dessa movimentação foi um acréscimo de 15 GWh no ACL e, conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR. Contudo, 6 unidades foram desligadas (-16 GWh) no período, o que compensou o volume que migrou ao mercado livre.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	45.101	37.570	37.474	37.827	36.179
Fornecimento	36.817	37.570	37.474	37.827	36.179
Residencial	16.408	17.029	17.041	16.486	15.567
Industrial	5.996	5.803	5.588	5.281	4.766
Comercial	11.614	11.815	11.960	13.134	13.025
Rural	30	31	30	30	29
Poderes Públicos	1.251	1.312	1.291	1.329	1.316
Iluminação Pública	873	887	867	881	851
Serviço Público	645	692	697	685	625
Uso da Rede de Distribuição	8.284	7.987	8.742	8.589	8.057
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.284	7.987	8.742	8.589	8.057
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	53.385	45.557	46.216	46.416	44.236
Variação	23,16%	-14,66%	1,45%	0,43%	-4,70%

Perdas

As perdas totais apresentaram redução de 0,29 p.p. quando comparado a 2014 em função da redução das perdas técnicas e das ações implementadas pela Companhia para redução do patamar da parcela não técnica, que foram impactadas pelo aumento da tarifa, principalmente no segmento de baixa tensão.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.

Em 2015, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 594 GWh, ante 633 GWh em 2014.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 15.661,4 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil

	2015	2014	%
Classe de consumidores:			
Residencial	7.100.597	4.353.412	63,1%
Industrial	1.986.143	1.284.238	54,7%
Comercial	5.538.621	3.391.943	63,3%
Rural	4.256	2.992	42,3%
Poder público	559.138	334.001	67,4%
Iluminação pública	236.521	139.363	69,7%
Serviço público	236.088	145.646	62,1%
Subtotal - Fornecimento	15.661.364	9.651.594	62,3%

Desempenho econômico-financeiro - Regulatório

Em 2015, a Companhia registrou um lucro líquido reportado de R\$ 29,0 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 277,7 milhões em 2014, uma redução de 89,6% explicada pelos fatores a seguir:

A receita operacional bruta regulatória da Companhia totalizou R\$ 23.760,2 milhões em 2015, um aumento de 63,4% quando comparada a 2014. Esse incremento é explicado, principalmente, pela: (i) maior receita de fornecimento no montante de R\$ 4.543,6 milhões em função das revisões tarifárias ao longo do ano e da receita de R\$ 1.623,1 milhões das Bandeiras Tarifárias²; e (ii) pelo maior reconhecimento de ativo financeiro setorial em R\$ 1.223,2 milhões; compensado, principalmente, (iii) pelo aumento de R\$ 2.947,0 milhões, dos encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”); e (iv) a contabilização dos encargos da Conta Centralizadora das Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2015 aumentando as deduções da Receita Bruta em R\$ 1.694,1 milhões.

Em 2015, as despesas operacionais regulatórias apresentaram incremento de 25,8%, totalizando R\$ 12.531,0 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica aumentou em 17,1% em comparação a 2014, principalmente em função do maior custo com a energia de Itaipú em 102,9%, reflexo do aumento da tarifa média de 14,3% (R\$ 216,6/MWh em 2015 versus R\$ 189,5/MWh em 2014). Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 0,7% do volume de energia comprada no exercício (44.746 GWh em 2015 versus 45.077 GWh em 2014).

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram aumento de 183,7% em 2015, principalmente em função do aumento de 151,8% dos Encargos do Serviço do Sistema (“ESS”) como consequência do maior despacho térmico e dado o efeito positivo em 2014 na liquidação pela CCEE no valor de R\$ 91,5 milhões em função de ajuste financeiro referente ao alívio retroativo do ESS e do recebimento

² Não inclui consumo próprio de R\$ 1,7 milhão.

de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (“CONER”) determinado pela ANEEL em 2014 de R\$ 373,0 milhões (ante R\$ 116,6 milhões em 2015).

Pessoal e entidade de previdência privada- Regulatório

Em 2015, as despesas com pessoal, encargos e previdência privada, apresentaram um aumento de 4,4% em comparação a 2014, totalizando R\$ 986,3 milhões. Essa variação se deve principalmente ao aumento das despesas com reajuste de salários e benefícios em 2015 em função do acordo coletivo em R\$ 21,1 milhões e maiores despesas com assistência médica em R\$ 19,9 milhões, parcialmente compensado pelo efeito do aprimoramento no critério de rateio de mão de obra própria entre Opex e Capex em 2014, no montante de R\$ 51,8 milhões.

Em 2015, a despesa com entidade de previdência privada foi maior que em 2014, decorrente, principalmente, da redução na taxa de desconto.

Materiais e Serviços de terceiros - Regulatório

Em 2015, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 539,3 milhões, um aumento de 18,3% em comparação a 2014. Essa variação se dá, principalmente, (i) pelas despesas de R\$ 28,2 milhões relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade; (ii) plano de ações de corte e cobrança visando minimizar a inadimplência em R\$ 16,1 milhões; e (iii) despesas oriundas dos temporais que atingiram a área de concessão em janeiro de 2015.

Provisões - Regulatórias

Em 2015, as provisões judiciais e de PCLD apresentaram um aumento de R\$ 179,7 em relação a 2014, em função do aumento de PCLD devido ao maior faturamento médio por unidade consumidora (“ticket médio”) após o reajuste tarifário de 2014 e revisões tarifárias de 2015

Outras Despesas Operacionais - Regulatórias

Em 2015, as outras despesas operacionais apresentaram um aumento de 192,2% em relação a 2014, totalizando R\$ 681,2 milhões, em função, principalmente, do aumento das multas de DIC/FIC/DMIC (R\$ 59,2 milhões) em função do aumento do faturamento médio por unidade consumidora (“ticket médio”) após o reajuste tarifário de 2014 e revisões tarifárias de 2015, reflexo dos eventos climáticos de janeiro/15, e da provisão de R\$ 83,4 milhões³ referente às inconsistências apuradas nos cálculos dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Adicionalmente, em 2014, tivemos o reconhecimento de R\$ 146,1 milhões da venda de dois imóveis impactando a variação na mesma proporção.

³ Composta por (i) compensação aos consumidores devido aos indicadores de DIC/FIC/DMIC/DICRI no valor de R\$ 48,4 milhões e (ii) possíveis penalidades a serem estabelecidas pelo órgão regulador que substituem quaisquer outras penalidades emitidas perante à Companhia para o mesmo período em relação aos indicadores de qualidade, no total de R\$ 35,0 milhões

Resultado Financeiro - Regulatório

Em 2015, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 313,9 milhões, ante uma despesa financeira de R\$ 208,5 milhões em 2014. Essa variação é explicada, principalmente, como segue: (i) efeito líquido do CDI em função do aumento da taxa de juros e do maior saldo de dívida no exercício; e (ii) pelo aumento da variação cambial em R\$ 94,7 milhões, principalmente, pela variação cambial associada à energia comprada de Itaipú.

Ebitda / Resultado Líquido - Regulatório

Em 2015, o Ebitda foi de R\$ 771,1 milhões, ante um resultado de R\$ 1.060,1 milhões em 2014. A variação de R\$ 289,0 milhões ocorre em função (i) recuperação da devolução do ativo possivelmente inexistente ao longo do segundo semestre de 2015 contribuindo com aproximadamente R\$ 249,1 milhões da variação; compensado pelo (ii) aumento de R\$ 116,4 milhões na PCLD; (iii) aumento dos custos de Pessoal, Materiais e Serviços de Terceiros em R\$ 125,4 milhões; e (v) efeito de R\$ 141,5 milhões referente às inconsistências apuradas nos cálculos dos indicadores de qualidade DEC e FEC.

Remuneração aos Acionistas

A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 25% da base para pagamento de dividendos do ano de 2015, totalizando R\$ 42,1 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 126,3 milhões seja destinado à Reserva Estatutária para reforço de capital de giro da Companhia.

As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que está prevista para ocorrer até 29 de abril de 2016. Dessa forma, a proposta de distribuição de proventos da Companhia corresponde a R\$ 0,2372 por ação ON e R\$ 0,2609 por ação PN a serem pagos em data a ser deliberada em AGO.

Remuneração aos Acionistas (R\$ Milhões)	
Resultado do Exercício - 31 de dezembro de 2015	101,1
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	72,7
Dividendos e JSCP prescritos	3,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(8,7)
Base para distribuição de dividendos	168,3
Dividendos - mínimo obrigatório	42,1
Reserva Estatutária	126,3

A destinação do resultado é realizada com base no lucro (prejuízo) apurado pela demonstração contábil societária.

Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos contratos de dívida da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão no valor de R\$ 1.371,9 milhões (excluindo o efeito do corredor).

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.974,5 milhões, um aumento de 14,55% em relação aos R\$ 4.342,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

As disponibilidades somavam R\$ 531,2 milhões no encerramento do exercício, valor R\$ 378,0 milhões inferior ao mesmo período de 2014. Como resultado, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.443,3 milhões em 2015, um aumento de 29,41% quando comparada a 2014, em função, principalmente, de:

- (i) 17ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 190 milhões;
- (ii) 18ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 400 milhões;
- (iii) 19ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 320 milhões;
- (iv) Liberações FINEM, no valor de R\$ 171,1 milhões;
- (v) Redução de R\$ 378,0 milhões no saldo caixa;

Parcialmente compensados pelo:

- (i) pagamento da 3ª e 4ª parcelas de amortização da 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 80 milhões, em maio e dezembro de 2015;
- (ii) pagamento de parcelas de amortização do CCB com o Bradesco, no valor de R\$ 180 milhões, em novembro e dezembro de 2015;
- (iii) pagamento da 1ª parcela de amortização da 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 75 milhões, em agosto de 2015;
- (iv) pagamento da 1ª parcela de amortização da 17ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100 milhões, em julho de 2015;
- (v) pagamento de parcelas de amortização da 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 175,1 milhões, em 2015.

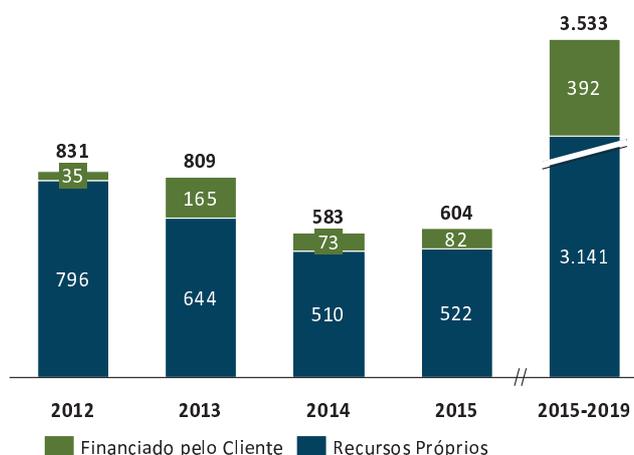
Em 31 de dezembro de 2014, a dívida atrelada ao CDI, de R\$ 3.009,0 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,43% a.a., e passou para R\$ 3.343,0 milhões, a um custo médio de CDI + 1,80% a.a. em 31 de dezembro de 2015 em função, principalmente, das emissões ocorridas ao longo do ano de 2015.

Já o saldo remanescente da dívida de R\$ 1.321,7 milhões, basicamente atrelado ao índice de preço, tinha um custo médio de IGPD + 5,5% a.a. em 31 de dezembro de 2014 e o mesmo custo médio para o saldo de R\$ 1.588,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2014 era de 5,4 anos, patamar superior ao prazo de 4,6 anos, de 31 de dezembro de 2015.

A relação de dívida líquida / Ebitda ajustado em 2015 ficou em 3,47x e em 2014 ficou em 2,46x. O índice Ebitda ajustado / despesa financeira em 2015 ficou em 2,77x enquanto em 2014 ficou em 4,19x.

Investimentos em R\$ milhões



Em 2015, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 604,1 milhões, sendo que R\$ 522,1 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 81,9 milhões foram financiados pelos clientes, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Investimentos 2015 - R\$ milhões	2014	2015	Var. %
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	282,3	262,3	-7,1%
Confiabilidade Operacional	143,6	136,3	-5,1%
Recuperação de Perdas	8,9	8,7	-2,2%
Tecnologia da Informação	33,5	66,7	99,1%
Outros	42,0	48,0	14,3%
Total com Recursos Próprios	510,4	522,1	2,3%
Financiado pelo Cliente	72,6	81,9	12,8%
Total	583,0	604,1	3,6%

Principais Investimentos em 2015

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

- Foram investidos R\$ 182,2 milhões para atender à adição de 291,3 mil novos clientes, dos quais 67 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 80,1 milhões em obras de expansão que beneficiaram aproximadamente 320 mil usuários no período.

Confiabilidade Operacional

- Foram investidos R\$ 136,3 milhões, principalmente na manutenção de 7.824 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Recuperação de Perdas

- Foram investidos R\$ 8,7 milhões, na regularização 30,3 mil ligações ilegais por meio de inspeções de fraudes e anomalias.

Tecnologia da Informação

- Em 2015 foi investido um total de R\$ 66,7 milhões em tecnologia da informação sendo R\$ 28,1 com a arquitetura do sistema SAP e R\$ 13,6 milhões em equipamento e sistemas para a recuperação dos indicadores de qualidade.

Outros

- Foram investidos R\$ 48,0 milhões em outras frentes como máquinas e equipamentos (R\$ 10,6 milhões), R\$ 6,8 milhões com renovação de frota, R\$ 4,7 milhões em segurança eletrônica e R\$ 4,3 milhões com muros, passeios e taludes.

Financiado pelo Cliente

- Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 81,9 milhões referentes à, principalmente, conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre o valor líquido da base de remuneração foi calculada a remuneração, e sobre o valor bruto a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL de 02/07/2012 e Despacho nº. 4.258 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 4º ciclo em julho de 2015, já considerando os valores ajustados em Out/2015, após manifestação da concessionária, pelo Ofício n588/2015-SFF/ANEEL:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão jul/11	Reajuste jul/12	Reajuste jul/13	Reajuste jul/14	Revisão * jul/15
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31	19.225.818.038,92	21.097.791.291,00
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22	12.288.453.414,45	13.391.278.940,46
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,9%	63,9%	63,9%	63,9%	63,5%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84	1.627.429.510,67	2.315.613.770,02
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15	1.421.054.459,35	1.767.608.510,56
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86	3.995.253.838,18	6.147.896.399,65
e) Terrenos e Serviços	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69	372.690.002,46	456.376.870,35
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92	13.230.444.687,61	12.177.904.250,98
g) (+) Almoxarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58	37.407.787,12	56.691.526,82
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52	5.553.717.952,24	6.044.589.578,70
i) (+) Investimento previsto no Xe	-	-	-	-	-
j) Variação do IGP (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624	1,0000
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%	3,75%

*) 4º ciclo de RTP - Julho 2015

Valores após reconhecimento de reconsiderações Out/15
Valores extraídos RAF BRR 4 Ciclo SFF ANEEL

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Moveis e Utensílios e índice de aproveitamento

Investimentos em máquinas e equipamentos - unitizados⁴

Investimentos: Em 2015, os investimentos (unitização) da Companhia, importaram em R\$604,1, 3,6% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 452,7 foram realizados em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição. Para esta mesma rubrica nos

⁴ Conforme Plano de Desenvolvimento da Distribuidora

próximos anos (2016 - 2019), a Companhia estima um investimento em máquinas e equipamentos na ordem de R\$ 2,6 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Evolução e Projeção dos Investimentos - unitizados

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais		2016	2017	2018	2019	2020
	2014	2015					
AIS Bruto ⁴	1.194.879	452.712	611.396	710.626	666.622	592.724	567.177
Transformador de Distribuição	163.075	81.468	1.348	1.232	1.000	1.002	1.067
Medidor	59.005	49.110	73.817	72.358	76.151	77.690	76.845
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	18.288	17.894	19.414	19.648	19.061
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	177.602	239.961	74.329	100.433	91.114	61.129	50.090
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	11.814	1.046	74.323	38.464	24.007	92.378
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	825	241	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	109.032	41.182	113.797	101.280	192.418	144.711	86.894
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	685.340	28.936	328.771	343.106	248.061	264.537	240.843
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(70.113)	(397.827)	(74.282)	(61.165)	(63.768)	(84.213)	(29.190)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(69.980)	(34.532)	(74.282)	(61.165)	(63.768)	(84.213)	(29.190)
Outros	(133)	(363.295)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	(362.042)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	(102.237)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	(259.805)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	(133)	(1.253)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição⁵ - Unitizados

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	452.712	611.396	710.626	666.622	592.724	567.177

R\$ Mil	2015P	2016P	2017P	2018P	2019R
Plano de Investimentos 2014	595.112	500.878	664.921	684.921	592.724

Diferença	-23,9%	22,1%	6,9%	-2,7%	0,0%
------------------	---------------	--------------	-------------	--------------	-------------

A variação entre o Plano de Investimentos de 2015 e 2014 está principalmente associada ao replanejamento, postergação e/ou deslocamento das datas de energização e conclusão (unitização) de obras, em particular de subestações, considerando a redução de demanda verificada no comparativo entre 2014 e 2015. Destaca-se, no entanto que, mesmo considerando essa redução, no quinquênio, o montante a ser investido pela Companhia será equivalente.

⁵ Conforme Plano de Desenvolvimento da Distribuidora

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Segurança

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation (“AES Corp”) e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (“SGSSO”).

Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001. Em 2015, foi realizada a auditoria de re-certificação pela certificadora ABS Quality Evaluations.

Apesar dos esforços contínuos da AES Eletropaulo para manter um ambiente de trabalho seguro, em 2015 foi registrado um acidente de trânsito envolvendo uma equipe contratada e que resultou em duas fatalidades. Houve incremento das taxas de frequência com colaboradores próprios e contratados em relação a 2014, resultado de pequenos eventos em termos de lesão. Nenhum evento foi relacionado à interação com energia elétrica.

Os eventos registrados em 2015 demandaram maior atenção sobre a redução da frequência acidentes e para o reforço dos princípios e da cultura de segurança em todos os níveis operacionais. Por isso, foi definido plano de ações estratégicas adicionais ao Programa de Segurança, em aspectos de processos, coleta de dados, reporte e análise de eventos, tecnologia, gestão de contratadas e treinamentos. Em 2016 será iniciado um novo ciclo estratégico para o tema de segurança na AES, com base nos desafios observados nos últimos anos e lições aprendidas.

A Companhia mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Segurança com a População

Em 2015, houve 16 acidentes fatais com a população, contra 10 em 2014. As ações de conscientização sobre os riscos foram reforçadas ao longo de 2015. Esse aumento pode ser atribuído ao avanço das atividades informais de construção civil próxima à rede de energia elétrica, realizadas principalmente nas comunidades de baixa renda. Para combater essas práticas e prover mais segurança para toda a população, em 2015 foram intensificadas as palestras de segurança nas comunidades e em empresas, a realização de *Blitze* com a população e treinamentos voltados aos trabalhadores da construção civil.

As campanhas de conscientização nas mídias de massa também foram reforçadas em 2015, com veiculações em emissoras de TV aberta, rádios, e em metrô e trens para informar os riscos de segurança ligados à rede elétrica.

A companhia investiu R\$ 1 milhão em 2015 para levar informação à população, principalmente de baixa renda, público com o maior índice de acidentes.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2015 foi realizada a auditoria de recertificação (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”. O SGA tem como principal foco a prevenção, mitigação e controle de impactos ambientais negativos decorrentes das operações da companhia. Para alcançar melhores resultados, são estabelecidas metas e realizados investimentos na padronização e na melhoria de processos operacionais das atividades com maiores riscos ao meio ambiente.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade da AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.

Em 2015, a AES Eletropaulo destinou R\$ 75,7 milhões para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

Colaboradores

Visando atrair, desenvolver e reter talentos, as empresas AES Brasil dedicam esforços para proporcionar aos colaboradores um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e que promova o desenvolvimento pessoal e profissional. Os colaboradores são engajados para uma cultura de sustentabilidade e criação de valor compartilhado, que tem como base a ética e os Valores da AES. Em 2015, teve continuidade o processo de desenvolvimento dos 7.165 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de reter talentos com o conhecimento e experiência necessários para atingirmos os objetivos da Visão da AES - sempre apoiados em nossos Valores. As políticas de desenvolvimento de carreira incluem os processos de educação continuada, estágio, programa de trainees, reconhecimento, gestão do conhecimento, capacitação inclusiva e desenvolvimento de liderança.

Comunidades

O relacionamento e compromissos com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (“SGRSC”) e atendem às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios da AES no Brasil, como ISO 26.000 e AA 1.000. Dessa forma, a Companhia promove a melhoria contínua da atuação social e garante o alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade.

As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em quatro pilares da Política de Investimento Social Privado, alinhadas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico

Sustentável: Educação, Cultura, Esporte e Saúde; Capacitação Profissional Inclusiva; Acesso à Energia e Eficiência Energética; Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, que medem o impacto sobre o público atingido e levam em consideração o investimento por projeto. Também são realizadas pesquisas de opinião junto aos beneficiados para medir o grau de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público.

Em 2015, foram investidos e destinados R\$ 95,2 milhões, dos quais R\$ 50,1 milhões com recursos incentivados e R\$ 45,1 milhões com recursos próprios em ações sociais. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Eletropaulo.

RECONHECIMENTOS

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) - BM&FBovespa:** a AES Eletropaulo integra em 2016, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- **Troféu Transparência:** a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (“Anefac”) pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras, pela terceira vez consecutiva;
- **Prêmio Carta Capital:** 1º lugar no ranking do setor de energia na categoria “Empresas Mais Admiradas do Brasil”;
- **Prêmio Eloy Chaves 2015:** a empresa recebeu a medalha de bronze em premiação que reconhece as melhores empresas de energia elétrica de todo o Brasil na área de Saúde e Segurança do Trabalho.
- **Certificação ISO 55001:** no escopo Gestão dos Ativos necessários aos sistemas de subtransmissão e distribuição aéreos e subterrâneos, bem como dos sistemas de automação associados, necessários ao fornecimento de energia elétrica na área de concessão.
- **Prêmio Nacional da Qualidade 2015:** Destaque na categoria “Processos”

Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para outros importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade:

- **Guia Exame de Sustentabilidade:** empresa-modelo na edição 2015
- **Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas - Negócios da Comunicação;**
- **Prêmio Smart 2015:** a Companhia recebeu três troféus no evento que distingue e reconhece as melhores práticas no Relacionamento com Clientes em Utilities e Telecom.
- **Prêmio Best Innovator:** 5ª empresa mais inovadora do Brasil
- **Prêmio Aberje Regional:** com o Recicle Mais, Pague Menos, pela estratégia de comunicação do projeto

- **Cadastro Pró-Ética:** Pelo quinto ano consecutivo entre as empresas mais éticas do país, no reconhecimento Cadastro Empresa Pró-Ética, realizado pela Controladoria Geral da União (“CGU”) e pelo Instituto Ethos

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PN”). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley (“SOX”), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2015, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 63 mil acionistas.

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
União Federal	13.342.384	20,0%	258		13.342.642	8,0%
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,8%	0		51.825.798	31,0%
Brasiliana Participações S.A.	0	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
<i>Free float</i>	1.436.635	2,2%	93.304.402	92,6%	94.741.037	56,6%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Data base: 31/12/2015

Mercado de Capitais

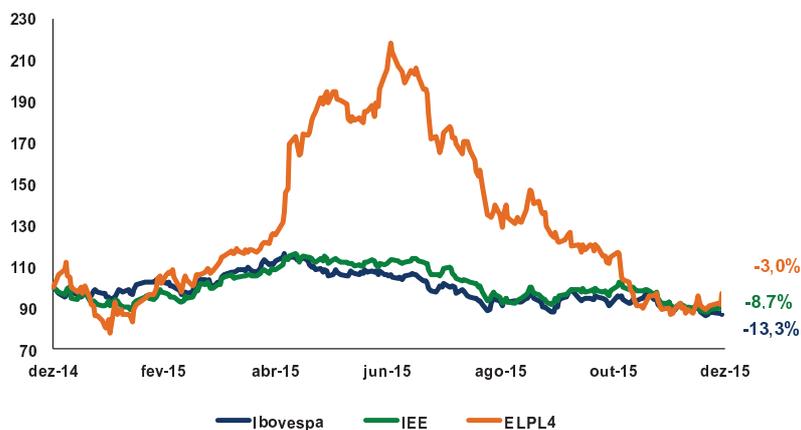
As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano (“OTC”), sob o código EPUMY.

Em 2015, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 699 mil negócios, envolvendo cerca de 226 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 10,7

milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 3,0%. No mesmo período, o índice Bovespa e IEE caíram 13,3% e 8,7%, respectivamente.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



OUTORGADA EM NÚMEROS

	2015	2014	%
Atendimento			
Número de unidades consumidoras	6.852.145	6.741.460	1,6%
Número de empregados	7.165	6.152	16,5%
Número de consumidores por empregado	956	1096	-12,7%
Número de localidades atendidas	24	24	0,0%
Número de agências/ postos de atendimento	37	37	0,0%
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Distribuição direta (GWh)	36.179	37.827	-4,4%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.644	2.461	7,4%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	0,5390	0,3188	69,1%
Residencial	0,5697	0,3316	71,8%
Comercial	0,5156	0,3131	64,7%
Industrial	0,5054	0,2944	71,7%
Rural	0,1508	0,1032	46,1%
DEC (horas)*	23,62	13,36	76,8%
FEC (número de interrupções)*	6,48	5,32	21,8%
Número de reclamações por 10.000 consumidores**	22,78	21,79	4,5%

* Valores estimados, sujeitos a revisão; ** FER

	2015	2014	%
Operacionais			
Número de usinas em operação	n/a	n/a	n/a
Número de subestações	152	152	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	1.847	1.847	0,0%
Linhas de distribuição (Km)	40.771	40.910	-0,3%
Potência Instalada em transformadores (MVA)	14.275	14.242	0,2%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	23.760.222	14.540.957	63,4%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.862.339	10.573.364	21,6%
Margem operacional do serviço líquida (%)	2,58%	5,80%	-55,5%
EBITDA OU LAJIDA	771.094	1.060.102	-27,3%
Lucro líquido (R\$ mil)	28.976	277.684	-89,6%
Lucro líquido por lote de mil ações	-	2	-100,0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.555.997	1.577.954	62,0%
Valor patrimonial do lote de mil ações	15	9	62,0%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,40%	18,46%	-92,4%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	108,18%	84,23%	28,4%
Em moeda nacional (%)	100%	100%	0,0%
Indicadores de performance			
Energia Comprada por Funcionário:	1.223	1.216	0,5%
Energia Comprada por unidade Consumidora:	1,28	1,11	15,2%
Retorno de ativos por unidade:	0,04	0,09	-56,0%

Balanzo Energético⁶

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	36.772	37.639	37.532	37.891	36.231
- Fornecimento	36.756	37.622	37.516	37.874	36.213
- Suprimento p/ agentes de distribuição	16	16	16	18	18
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.260	7.971	8.724	8.572	7.384
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	45.032	45.609	46.256	46.463	43.615
Perdas na Rede Básica	908	938	885	886	937
Pernas na Distribuição	5.305	5.181	5.139	4.966	4.560
Perdas Técnicas	3.276	3.113	3.149	3.152	2.794
Perdas não Técnicas - PNT	2.028	2.068	1.990	1.814	1.766
PNT / Energia Requerida %	4,0%	4,0%	3,8%	3,5%	3,6%
Perdas Totais - PT	6.213	6.119	6.024	5.852	5.497
PT / Energia Requerida %	12,1%	11,8%	11,5%	11,2%	11,2%
Total	51.244	51.728	52.280	52.316	49.112

Barueri, 26 de abril de 2016.

A Administração

⁶ Conforme dados reportados no SAMP - "Sistema de Acompanhamento de Informação de Mercado para Regulação Econômica"